



SUPLEMENTO DO DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXVII DCL N° 130

Brasília, sexta-feira, 13 de julho de 2018

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Joe Valle
Vice-Presidente: Wellington Luiz
1º Secretário: Sandra Faraj - Suplente: Telma Rufino
2º Secretário: Robério Negreiros - Suplente: Lira
3º Secretário: Raimundo Ribeiro - Suplente: Cristiano Araújo
Corregedor: Juarezão
Ouvidor: Chico Leite
Procuradora Especial da Mulher: Celina Leão

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Prof. Reginaldo Veras Vice-Presidente: Sandra Faraj Júlio César Prof. Israel Celina Leão	Chico Leite Delmasso Luzia de Paula Ricardo Vale Robério Negreiros

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia Vice-Presidente: Júlio César Prof. Israel Rafael Prudente Chico Leite	Wasny de Roure Telma Rufino Juarezão Wellington Luiz Cláudio Abrantes

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Luzia de Paula Vice-Presidente: Juarezão Delmasso Liliane Roriz Robério Negreiros	Prof. Israel Lira Sandra Faraj Júlio César Wellington Luiz

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Liliane Roriz Ricardo Vale Bispo Renato Andrade Wellington Luiz	Júlio César Delmasso Wasny de Roure Sandra Faraj Raimundo Ribeiro

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes
Presidente: Ricardo Vale Vice-Presidente: Telma Rufino Agaciel Maia Wellington Luiz Raimundo Ribeiro	Lira Chico Vigilante Delmasso Celina Leão Rafael Prudente

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
Titulares	Suplentes
Presidente: Telma Rufino Vice-Presidente: Lira Sandra Faraj Robério Negreiros Rafael Prudente	Julio Cesar Cristiano Araújo Luzia de Paula Wellington Luiz Celina Leão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Wasny de Roure Vice-Presidente: Juarezão Luzia de Paula Prof. Reginaldo Veras Raimundo Ribeiro	Chico Vigilante Cristiano Araújo Bispo Renato Andrade Cláudio Abrantes Rafael Prudente

COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes
Presidente: Lira Vice-Presidente: Wasny de Roure Cristiano Araújo Cláudio Abrantes Wellington Luiz	Bispo Renato Andrade Ricardo Vale Prof. Israel Prof. Reginaldo Veras Rafael Prudente

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes
Presidente: Bispo Renato Andrade Vice-Presidente: Chico Vigilante Cristiano Araújo Cláudio Abrantes Celina Leão	Agaciel Maia Juarezão Telma Rufino Chico Leite Robério Negreiros

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes
Presidente: Delmasso Vice-Presidente: Agaciel Maia Celina Leão Chico Leite Robério Negreiros	Lira Wasny de Roure Rafael Prudente Prof. Reginaldo Veras Wellington Luiz

atualizado em 21/02/2018

Sumário

Ata Sucinta da 53ª Sessão Ordinária	2
Ata Circunstanciada da 53ª Sessão Ordinária	29



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 53ª
(QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 14 DE JUNHO DE 2018**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Telma Rufino e Ricardo Vale

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 14 horas e 49 minutos

TÉRMINO: 19 horas

Observação: A lista de presença está anexa à ata.

1 ABERTURA

Presidente (Deputada Telma Rufino):

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

Observação: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

- Mensagem nº 152, de 2018, de autoria do Governador do Distrito Federal.
- Projeto de Lei nº 2.042, de 2018, de autoria do Deputado Wasny de Roure.
- Projeto de Lei nº 2.043, de 2018, de autoria do Deputado Chico Leite.
- Projeto de Lei nº 2.044, de 2018, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão.
- Indicação nº 14.556, de 2018, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.
- Moção nº 997, de 2018, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- Requerimento nº 3.596, de 2018, de autoria do Deputado Wellington Luiz.

L I D O
Em 19/06/18
Secretaria Legislativa

ATA SUCINTA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE JUNHO DE 2018

Revisora: _____

Chefe do Setor: _____

(SF/SN)

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

2

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Telma Rufino):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 3.583, de 2018, de autoria da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater a questão do funcionamento e organização dos conselhos regionais de saúde do Distrito Federal.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Ricardo Vale):

– Após concluída a comissão geral, agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE JUNHO DE 2018

Revisora: Chefe do Setor: (SF/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



3

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA

ATA SUCINTA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE JUNHO DE 2018

Revisora: _____ Chefe do Setor: _____ (SF/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 53ª Data: 14 de junho de 2018
 Transformada em Comissão Geral para debater a questão do funcionamento e organização dos
 Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal, conforme o Requerimento nº 3.583/2018.
 Início: 14 horas 45 minutos Encerramento: 19 horas 00 minutos

DEPUTADOS - LEGENDAS		DEPUTADOS - LEGENDAS	
AGACIEL MAIA - PR	<i>[Handwritten Signature]</i>	LIRA - PHS	<i>[Handwritten Signature]</i>
BISPO RENATO ANDRADE - PR	<i>[Handwritten Signature]</i>	LUZIA DE PAULA - PSB	<i>[Handwritten Signature]</i>
CELINA LEÃO - PP	<i>[Handwritten Signature]</i>	PROF. ISRAEL - PV	<i>[Handwritten Signature]</i>
CHICO LEITE - REDE	<i>[Handwritten Signature]</i>	PROF. REGINALDO VERAS - PDT	<i>[Handwritten Signature]</i>
CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA - PT	<i>[Handwritten Signature]</i>	RAFAEL PRUDENTE - MDB	<i>[Handwritten Signature]</i>
CLÁUDIO ABRANTES - PDT	<i>[Handwritten Signature]</i>	RAIMUNDO RIBEIRO - MDB	<i>[Handwritten Signature]</i>
CRISTIANO ARAÚJO - PSD	<i>[Handwritten Signature]</i>	RICARDO VALE - PT	<i>[Handwritten Signature]</i>
DELMASSO - PRB	<i>[Handwritten Signature]</i>	ROBÉRIO NEGREIROS - PSD	<i>[Handwritten Signature]</i>
JOE VALLE - PDT	<i>[Handwritten Signature]</i>	SANDRA FARAJ - PR	<i>[Handwritten Signature]</i>
JUAREZÃO - PSB	<i>[Handwritten Signature]</i>	TELMA RUFINO - PROS	<i>[Handwritten Signature]</i>
JÚLIO CÉSAR - PRB	<i>[Handwritten Signature]</i>	WASNY DE ROURE - PT	<i>[Handwritten Signature]</i>
LILIANE RORIZ - PROS	<i>[Handwritten Signature]</i>	WELLINGTON LUIZ - MDB	<i>[Handwritten Signature]</i>
JOSÉ CLAUDIONOR DE ALCÂNTARA Matrícula nº 19.406 Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário	<i>[Handwritten Signature]</i>	MANOEL ÁLVARO DA COSTA Matrícula nº 15.030 Secretário da Secretaria Legislativa	<i>[Handwritten Signature]</i>

ATA SUCINTA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE JUNHO DE 2018

Revisora: 5 Chefe do Setor: JUBSB201901 (SF/SN)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



5

ANEXO II

EXPEDIENTE LIDO NA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA

ATA SUCINTA DA 53ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 14 DE JUNHO DE 2018

Revisora: S Chefe do Setor: JBSBTagnol (SF/SN)

> SETAS - 000006 <

D O
14 06/18
Legislativa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MENSAGEM

N.º 152 /2018- GAG

Brasília, 13 de junho de 2018.

Excelentíssimo Presidente da Câmara Legislativa,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 74 combinado com o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e conforme dispõe o art. 206, § 2º, do Regimento Interno dessa excelsa Casa, sancionei o **Projeto de Lei nº 2.021/2018**, que **"Altera o art. 162 da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE"**, o qual se converteu na Lei nº 6.145 de 12 de junho de 2018, publicado no DODF nº 111 de 13 de junho de 2018.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e respeito.



RODRIGO ROLLEMBERG
Governador

A Sua Excelência o Senhor
DEPUTADO JOE VALLE
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
NESTA

12071

> SETAS - 000007 <



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

LEI Nº 6.145 DE 12 DE JUNHO DE 2018.

(Autoria do Projeto: Deputados Chico Vigilante Lula da Silva, Telma Rufino, Agaciel Maia, Joe Valle e Wellington Luiz)

Altera o art. 162 da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º O art. 162, VIII, da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

VIII – o art. 35 da Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011;

Art. 2º Fica ripristinada a Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011, com exceção do art. 35.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na mesma data da Lei nº 6.138, de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de junho de 2018.
130º da República e 59º de Brasília


RÓDRIGO ROLLEMBERG

PUBLICADA EM 13 DE JULHO DE 2018
Nº 111 DE 2018



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA
Secretaria Legislativa



(Autoria do Projeto: Deputados Chico Vigilante Lula da Silva, Telma Rufino, Agaciel Maia, Joe Valle e Wellington Luiz)

Altera o art. 162 da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, que institui o Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – COE.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O art. 162, VIII, da Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

VIII – o art. 35 da Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011;

Art. 2º Fica ripristinada a Lei nº 4.704, de 20 de dezembro de 2011, com exceção do art. 35.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na mesma data da Lei nº 6.138, de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de junho de 2018

DEPUTADO JOE VALLE
Presidente

> SETIAS - 000008 <

> SETAS - 000009 <

L I D O
EM 14/06/18



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO WASNY DE ROURE



PROJETO DE LEI Nº PL 2042 /2018 B
(DO DEPUTADO WASNY DE ROURE)

Altera a Lei nº 769, DE 23 DE SETEMBRO de 1994.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 769, de 23 de setembro de 1994, passa a vigorar acrescida dos seguintes §3º e §4º ao art. 2º.

Art. 2º.....

§3º As receitas diretamente arrecadadas pela utilização de espaço em logradouros públicos e uso de área pública devem ser alocadas na respectiva administração regional.

§4º Nos casos previstos no §2º, onde o logradouro ou área pública for unidade escolar, a aplicação do recurso deve ser realizada na forma da Lei 6.023, de 18 de dezembro de 2017, na respectiva unidade executora.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

JUSTIFICAÇÃO

A locação de espaços públicos, a exemplo do que ocorre nos alugueis de espaços vinculados a Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Saúde gera externalidades a comunidade local. Assim, nada mais justo que a receita decorrente dessa utilização seja revertida em benefício da respectiva comunidade.


Deputado Wasny de Roure

SECRETARIA LEGISLATIVA - 14/06/2018 13:46

MD 7022


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Deputado Distrital Chico Leite



PL 2043 /2018

14/06/18

**PROJETO DE LEI
(Do Sr. Deputado Chico Leite)**

Secretaria Legislativa

Inclui os §§ 4º e 5º no art. 68 da Lei 4.949, de 15 de outubro de 2012, que "estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal".

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º O art. 68, da Lei 4.949, de 15 de outubro de 2012, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

Art. 68. (...)

§4º O candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital poderá por meio de declaração desistir de sua nomeação ou posse.

§5º A desistência de candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital gera para o candidato subsequente o direito à convocação para a posse.

JUSTIFICAÇÃO

A ausência de regulamentação proveniente do Poder Legislativo sobre o direito à nomeação dos aprovados dentro e fora do número de vagas tem como consequência a submissão de diversos casos ao Poder Judiciário.

O candidato que, apesar de estar originalmente fora do número de vagas previsto em edital, passe a ocupar vaga em virtude da desistência de candidatos em melhor classificação, adquire direito líquido e certo à nomeação.

Em análise de recurso ordinário, o ministro Herman Benjamin lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar o RE 837.311, fixou o entendimento de que o surgimento de novas vagas não gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital. Por outro lado, explicou o ministro, em relação aos candidatos aprovados dentro do número de vagas, o STF concluiu haver o direito à nomeação (RE 598.099).

É sabido que as decisões do Judiciário não podem se tornar via de ingresso em cargos públicos e somente pode ocorrer em hipóteses excepcionais, nas quais fique demonstrada a violação de direito líquido e certo.

O entendimento predominante é de que o candidato aprovado fora do número de vagas previsto no edital tem mera expectativa de direito à nomeação, e que compete à Administração nomeá-los de acordo com a ordem de classificação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Distrital Chico Leite



Por outro lado, a desistência de candidato aprovado dentro do número de vagas previsto no edital gera para o candidato subsequente o direito à convocação para posse. Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça decidiu o seguinte: "o candidato aprovado fora do número de vagas previsto no edital de concurso público tem direito subjetivo à nomeação quando o candidato imediatamente anterior na ordem de classificação, aprovado dentro do número de vagas, for convocado e manifestar desistência".

Temos visto como exemplo a Saúde do Distrito Federal, a qual o Poder executivo nomeia médicos e demais profissionais, porém muitos não tomam posse, ficando a Administração obrigada a esperar os 30 dias previstos na legislação para realizar nova convocação tendo em vista as tornadas sem efeito.

Diante do exposto, torna-se fundamental a aprovação do referido Projeto de Lei como forma de assegurar aos aprovados o ingresso na carreira pública.

Contamos com os Pares para a sua aprovação.
Sala das Comissões,


Deputado **CHICO LEITE**
REDE/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



PL 2044 /2018
PROJETO DE LEI Nº
(Do Senhor Deputado Robério Negreiros)

L I D O
14/06/18
8
Legislativa

**"INSTITUI O DIA DISTRITAL DO
FRENTISTA E DOS TRABALHADORES DE
POSTOS DE COMBUSTÍVEIS E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"**

> SETAS - 000012 <

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, decreta:

Art. 1º. Fica instituído o Dia Distrital do Frentista e dos Trabalhadores de Postos de Combustíveis, a ser comemorado anualmente no dia 29 de novembro, no âmbito do Distrito Federal.

Art. 2º. Esta data fica incluída no Calendário do Distrito Federal

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem como objetivo homenagear os frentistas e trabalhadores de postos de combustíveis, que exercem suas atividades em lugares insalubres e perigosos e, a despeito do processo de precarização do seu trabalho, prestam um serviço de inestimável valor.

Esses profissionais são responsáveis por atender aos clientes, manusear equipamentos e instrumentos, abastecer os tanques de combustível e verificar as condições dos fluídos dos veículos (óleo do cárter, óleo de freio, nível de água do radiador), bem como lavagem de veículos e a comercialização de produtos diversos em lojas de conveniência.

SECRETARIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS



Seus postos de trabalho se espalham das zonas urbanas até as estradas mais ermas, muitas vezes solitários e sem segurança, o que dá uma característica especial a esses profissionais, devendo, pois, serem homenageados.

Diante de todo o exposto, e pela nobreza do tema, conto com meus nobres pares para a aprovação desta proposta.

Sala das sessões, de _____ de 2018.

> SETAS - 000013 <

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS

PSD/DF

> SETAS - 000014 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PP



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº PDL 386 /2018
(Da Deputada **CELINA LEÃO**)

Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília, à Professora Mara Regina Dall'negro, coordenadora voluntária da Seção DF do Fórum de Mulheres do MERCOSUL.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadã Honorária de Brasília, à Professora Mara Regina Dall'negro, coordenadora voluntária da Seção DF do Fórum de Mulheres do MERCOSUL.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem como objetivo conceder o Título de Cidadã Honorária de Brasília, à Sra. Mara Regina Dall'negro, coordenadora voluntária da Seção DF do Fórum de Mulheres do MERCOSUL.

Natural de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Pós-graduada em Didática e Metodologia do Ensino de Geografia e História, MBA em Didática e Metodologia do Ensino, ambos pela Universidade do Norte do Paraná. Também possui especialização em Deficiência Auditiva pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

70356

> SETAS - 000015 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
Gabinete da Deputada Celina Leão - PP

Desenhou sua trajetória profissional focada em Educação, Desenvolvimento e Direitos Humanos. Voluntariamente coordena a Seção DF do Fórum de Mulheres do MERCOSUL. Também atuou na área pedagógica e social da Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu, PR. Foi membro avaliadora do Prêmio MPE Brasil Ciclo 2016. Participou do XI Encontro Internacional de Escritoras – Viva Cecília Meireles, dos grupos de produção GEOR do SEBRAE. Atuou nas oficinas de redação do Prêmio SEBRAE Mulher de Negócios e do Projeto Mulheres Empreendedoras do GDF.

No que se refere à participação e desenvolvimento de projetos, exerceu a vice presidência da Federação das Associações de Mulheres de Negócio e Profissionais do Brasil (BPW Brasil), juntamente com a coordenação da Comissão de Projetos desta entidade. Presidiu a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Distrito Federal – BPW/DF. Foi Diretora Administrativa da Associação Comercial do Distrito Federal. Idealizou diferentes projetos entre entidades femininas em prol dos Direitos das Mulheres e do Meio Ambiente, além da Campanha do Outubro Rosa.

É membro do Projeto Plante Água – Academia Women for Water Partnership e apoiadora do Projeto da Pastoral da Criança contra o abuso sexual infantil realizado pelo Instituto Chamaleon.

Já em Programas Governamentais, participou do projeto Basquete Cidadão, em Foz do Iguaçu, PR. Coordenou a adaptação de currículo pedagógico especial no Centro de Reabilitação para Crianças Especiais no Paraguai – CERENE. Atuou como professora e orientadora no Projeto ProJovem do Governo Federal, e como Professora e Diretora em escola-especial na fronteira Brasil – Paraguai. Membro da 1º Conferência de Segurança Pública – DF. Coordenou a subcomissão de Educação da BPW Foz do Iguaçu, PR. Presidiu a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em Medianeira, PR. Executou o

Assessoria Legislativa do Gabinete da Deputada Celina Leão

> SETAS - 000016 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Celina Leão - PP



Programa Federal Trabalho e Empreendedorismo da Mulher – DF, Alfabetização Digital para Empreender – DF e 4º Conferência de Políticas para as Mulheres, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

Diante do exposto, observamos que o Projeto de Decreto Legislativo atende aos requisitos constantes na Resolução nº 250/2011 e que é inegável a contribuição da Professora Mara Regina Dall’negro à frente de diversas ações voltadas para o público feminino brasileiro.

Sala das sessões,

de 2018.


Deputada **CELINA LEÃO**


Dep. Américo Ribeiro

Dep. Américo
Ribeiro

> SETAS - 000017 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

INDICAÇÃO Nº

(Do Deputado RAIMUNDO RIBEIRO - MDB)

IND 14556/2018

LIDO
RAE
Secretaria Legislativa

LIDO

Eto. 24/06/18

Secretaria Legislativa

SUGERE AO PODER EXECUTIVO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, A CONSTRUÇÃO E APARELHAMENTO DE UM CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO, NA UBS 06, NO VALE DAS ACÁCIAS, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOBRADINHO II – RA XXVI.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a construção e aparelhamento de um consultório odontológico, na UBS 06, no Vale das Acácias, na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva atender reivindicações da localidade acima citada no que diz respeito a demanda em apreço.

A Região de Sobradinho II e áreas no seu entorno, demonstra crescimento populacional constante, sobrecarregando sistema de saúde atual, desta forma, a necessidade da cobertura da área, proporcionando melhor qualidade de vida a população local.

Pelo exposto, conclamo o apoio dos nobres pares a acolhida da presente proposição.

Sala de Sessões, em de de 2018.

Deputado RAIMUNDO RIBEIRO

Autor

Câmara Legislativa do Distrito Federal

Endereço: Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 Gabinete 03 - CEP: 70.094-902

Telefone: 3348-8032 - email: dep.raimundo.ribeiro@cl.df.gov.br

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
22/06/2018 14:30
Anne F 2025



> SETAS - 000018 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

L I D O
 Em. 14/06/18

 Secretaria Legislativa

MOÇÃO Nº MOÇ 997/2018
(Do Senhor Deputado AGACIEL MAIA)

**Manifesta votos de louvor e
 parabeniza, pelos relevantes
 serviços prestados a
 comunidade de Taguatinga.**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
 LEGISLATIVA, DO DISTRITO FEDERAL:**

Com fulcro no artigo 144 § 3 do Regimento Interno, solicita a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta Moção, que manifesta votos de Louvor pelos relevantes serviços prestados a comunidade de Taguatinga.

Nome:

- ANTÔNIO RAIMUNDO SANTOS RIBEIRO COIMBRA
- JOSÉ MACIEL PAIVA
- ANFRIDO ZILLER
- SILVANO FERNANDES DE SOUZA
- PAULO HUNGRIA
- OTÁVIO LEITE SOUZA
- PAULO DE TARSO AFONSO
- WALDEMAR LEAL LUCAS
- CID FERREIRA LOPES FILHO
- FRANCISCO MONT'ALVERNE PIRES
- FULVIO VIGINE MACHADO
- FERNANDO CORASSA
- EDUARDO MUNDIM PENA
- OLYMPIO BARBOSA FILHO

140-70322

> SETAS - 000019 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

- VITAL DE MORAES ANDRADE
- BENEDITO AUGUSTO DOMINGOS
- ANTÔNIO VALMIR CAMPELO BEZERRA
- JOSÉ LUIZ PARO
- ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO
- JAIR FERREIRA MORGADO
- WALTER JOSÉ DE MOURA
- FROYLAN PINTO SANTOS
- JOSÉ MARIA GONÇALVES COELHO
- EDIMAR BRAZ DE QUEIROZ
- LAURO SEABRA GUIMARÃES
- JOÃO EUSTÁQUIO CORREIA
- JOSÉ LIMA SIMÕES
- HERMES RICARDO MARTINS DE PAULA
- MAURÍCIO DUTRA GARCIA
- ABDON HENRIQUE DE ARAÚJO
- RONALDO SEGGIARO DE ALMEIDA
- ARLINDO ROSENDO DE ALMEIDA
- VALDEMAR DA SILVA AGUIAR
- FRANCISCO SOARES PEREIRA
- ROBERTO SOARES DA SILVA
- JOSÉ HUMBERTO PIRES DE ARAÚJO
- GERALDO BARBOSA DE CASTRO
- MÁRCIO HÉLIO TEIXEIRA GUIMARÃES
- JOAQUIM ALMEIDA DOS SANTOS
- RUBENS TAVARES E SOUZA
- DANIEL DE CASTRO SOUSA
- ANTÔNIO SABINO DE VASCONCELOS NETO
- CARLOS ALBERTO JALES
- JOAQUIM KATSUYUKI NAKAHARA
- MARCO AURÉLIO SOUZA BESSA
- ANAXIMENES VALE DOS SANTOS
- RENATO SANTANA DA SILVA
- RICARDO LUSTOSA JACOBINA
- MARLON ANDERSON COSTA
- KAROLYNE GUIMARÃES DOS SANTOS BORGES
- JUSCELINO NUNES DE CARVALHO – REG. ENSINO
- MARCOS ANTÔNIO NUNES DE OLIVEIRA
- JOSUÉ RIBEIRO DA SILVA
- RAIMUNDO VANDERLY ALVES DE MELO
- JOÁS ROSA DE SOUZA
- CLARA GONÇALVES COSTA
- JOSÉ DE LIMATÉIA LIMA - ARIMATÉIA

> SETAS - 000020 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

- LUÍZ CLÁUDIO BARBOSA CASTRO
- JOAQUIM ELIAS COSTA PAULINO
- GETÚLIO ROMÃO
- WILON WANDER LOPES
- ORLANDO PONTES
- HAMILTON SANTOS ESTEVES JÚNIOR
- LUÍZ CLÁUDIO BARBOSA CASTRO
- SANDRO GOMES SANTOS DA SILVA
- NESILDO RIBEIRO DE FARIAS FILHO
- JOSÉ APARECIDO DOS SANTOS
- GIVANILDO CHAVES ARANTES
- DILVAN RODRIGUES SILVA DA MATA
- DEUSÉLIS BRAGA ANDRÉ
- JOÃO MARCUS GUIMARÃES SILVA
- RODRIGO ROCHA RIBEIRO
- DEISE LUCI BELÉM DE ANDRADE
- LUCILENE MARIA FLORÊNCIO DE QUEIROZ
- MARCIANO DE PAULO MARQUES
- FRANCISCO DE O. MOURA
- GUSTAVO COSTA BUENO
- VILMAR OLIVEIRA DE SALLES
- ANA LÚCIA CARRIAS
- EDVALDO BRITO
- JUSTO MAGALHÃES
- LEDIR JÚNIOR DE ALMEIDA
- UBIRAJARA FERREIRA
- LAIRSON BUENO
- GERALDO CÉSAR DE ARAÚJO
- CLARA GONÇALVES COSTA
- DA CRUZ
- MÁRCIO FRANCISCO DA SILVA
- GIANCARLO PARRA LIMA
- MARTA CLÉRIA LIMA
- GILVANDO GOMES DOS SANTOS
- EUDES OLIVEIRA DE SOUZA
- IRACI PEREIRA CÉSAR
- GILBERTO LUIZ DE BARROS
- LEVERTINO FERNANDES DE OLIVEIRA
- JOSÉ PAULO DOS SANTOS - CONSEG
- SILVANA CRISTINA NUNES
- WILLIAN DA FONSECA SILVA
- RENÉ LEMOS CLEMENTINO
- JOÃO BATISTA ALVES SOBRINHO

> SETAS - 000021 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

- AMÉRICO DIAS SILVANO
- JAMIL LESSA
ZILA SILVA
MARIA DE L. P. DA SILVA DE SOUZA
GILSON JOSÉ DE OLIVEIRA
WELVIS CURSINO PASSOS
IRAN DA COSTA MELO
MAGNA APARECIDA DA MOTA
BRASILINA ABADIA DOS P. BORGES
NILVEA RIBEIRO LOPES
CARLOS ALBERTO DOS S. ARAUJO
CELSO IRINEU FERREIRA
FRANCISCA HELENA DE OLIVEIRA PERES DA ROCHA
CELIO MAURO DA SILVA
JOSÉ WILLIANS DE ALMEIDA BARROS
HELENITA JOSE DOS ANJOS
CARLOS JOSE DE SOUZA
EVA CALISTO NASCIMENTO LOPES
ANA LÚCIA DE OLIVEIRA SANTOS
LOÉRCIO RODRIGUES DA SILVA
EUNILDA MAURICIO DE LIMA
SIOMARA EVANGELISTA DOS SANTOS
BERNADETE GONÇALVES SILVA
FRANCISCO DE SOUSA
JACKSON TADEU RIBEIRO SANTOS
SOLANGE DE PAULA DA SILVA
MILTON LUIZ OLIVEIRA LIMA
MARIA SONARA DE OLIVEIRA MORAIS
ORLANDO ALVES FERREIRA
TERESINHA DE JESUS S. DA SILVA
ULISSES MARQUES DOURADO FILHO
MARIA BATISTA DE LIMA
APARECIDA COIMBRA FIDELES
MARIA CELIA VERAS CESAR PINTO
MARILU MOUZO FERREIRA
SÔNIA C. EXPEDITA DO NASCIMENTO
ALISSON CARLOS DA COSTA SILVA
IRAN ROBSTON GUIMARÃES BASTOS
ADECIO HENRIQUE ALVES
MANOEL ALMEIDA MIRANDA FILHO
ALBINO CARVALHO DE SOUZA
WILLIAM PEREIRA DE FARIA
TÂNIA MARIA CARDOSO MENDES

> SETAS - 000022 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

JOSE LUIZ NUNES LIMA
NAIARA TAVARES DOMINGOS
WANESSA SILVA GONÇALVES COELHO
LARISSA QUEIROZ NOLETO
JEAN LEAL DA GAMA
LUCIA MARIA GONÇALVES CARVALHO
CATIA RODRIGUES DE CARVALHO
NELI ANTONIA MALCHER BRANDAO
DILÇA DA SILVA E SÁ
MARLIZETE GALDINA DA SILVA OLIVEIRA
CARLOS ANTONIO BORGES
LÚCIA BESSA
DELMO MATOS MENEZES
SERGIO ANTONIO FONSECA
JAIRO MARQUES DO NASCIMENTO
JÚLIO CÉSAR CÂNDIDO FERREIRA
WEBERSON DE BARROS FRANCO
MARTA ROCHA DO ESPIRITO SANTO
RENATO OLIVEIRA DE SOUSA
THIAGO ALEXANDRE VALADÃO DE BRITO
MARLUCY LOPES DA SILVA
GABRIEL BORGES
FLAVIA NERY DE ALBUQUERQUE ALMEIDA
MARTA LUCIA GONCALVES MARINHO DA SILVA
CRISTIANY G. DE OLIVEIRA MARQUES

> SETAS - 000023 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

MARIA DE FÁTIMA ALVES RIBEIRO
ÂNGELA MARIA PINTO DA SILVA
MARIA DALVA RESENDE
FLÁVIO DA SILVA SOUSA DO CARMO
CARLOS CESAR SOARES
DAMIÃO MARTINS
JOSÉ VIEIRA DA SILVA
MARIA MADALENA RIBEIRO
ANTONIO IRENILDO PINHEIRO
JOSÉ DILMO RIBEIRO DA MOTA
RONALDO XAVIER DE SOUZA
RENATO SILVA MELO
BERTO LÚCIO DE SOUZA

ANDRESSA DE PAIVA PELISSARI
THIAGO JANUÁRIO DE ANDRADE
ANA CESARINA FELIX DOS SANTOS
ALBERTO ELTHON GOIS
DALMO COSTA DE SOUZA
DOUGLAS LACERDA LUCAS
ESTEVÃO GOMES DE SOUSA
GIORDANA CARNEIRO DO VALE RODRIGUES
HELENA MOREIRA ALVES
JERONIMO AGENOR SUZANO LEITE
JOSÉ ALBERTO QUEIROZ
JOSÉ CARLOS CARVALHO
LILIANE BARBOSA DE ANDRADE
MYRIAM RIBEIRO ABREU
NEISSER OLIVEIRA FREITAS
RAFAEL MACHADO LOPES
PAULO JOZIMO SANTIGO TELES CUNHA
ROGÉRIO GOMIDE CASTANHEIRA
THIAGO PORTES MÓL

> SETAS - 000024 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

VIVIAN TEODORO DE SOUSA

WILSON BORGES JUNIOR

JAMIL LESSA

MARILENE VIEIRA SANTOS

SUZANE MARGARIDA MARTINS

SANDRO PAULETTI

JUSTIFICATIVA

A cidade de Taguatinga foi a primeira oficialmente criada com o propósito de por fim aos aglomerados humanos denominados "invasões" que estavam sendo formados na área urbana de Brasília. Foi implantada em 05 de junho de 1958 em terras do município de Luziânia - Goiás, na Fazenda Taguatinga, a oeste de Brasília. Inicialmente foi chamada de "**Vila Sarah Kubitschek**", logo depois "**Santa Cruz de Taguatinga**" e quase foi denominada "**Presidente Kennedy**" por ocasião da morte do chefe de estado norte americano sendo, então por último, escolhido Taguatinga.

A rigor, tudo começou quando a Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) já estava superpovoada e as invasões proliferavam diariamente. Chegou-se ao extremo de se interceptar caminhões na estrada obrigando-os a retornarem às suas cidades de origem. Foi exatamente nas proximidades desse local, no ponto onde hoje existe a via de ligação entre Taguatinga e o Núcleo Bandeirante, que se formou um núcleo habitacional, com aproximadamente mil pessoas na maioria viajantes deixados à beira da estrada pelos motoristas que, impedidos de atingirem Brasília, abandonavam seus passageiros entregues à própria sorte.

> SETAS - 000025 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

O traçado da cidade tinha sido previsto por Lúcio Costa anteriormente como cidade-dormitório para 25 (vinte e cinco) mil habitantes e deveria nascer 10 anos depois da inauguração de Brasília, porém, um fato inesperado precipitou os acontecimentos. No Sábado, dia 31 de maio de 1958, o então presidente Juscelino Kubitschek iria jantar com amigos num dos restaurantes da cidade do Núcleo Bandeirante os migrantes sabendo disso, reuniram-se em grande massa popular empunhando faixas com os seguintes dizeres: "**Viva a Vila Sara Kubitschek**".

O Doutor Israel Pinheiro, na época presidente da NOVACAP, tomando conhecimento do fato, enviou ao local uma comissão que falou à multidão prometendo solucionar imediatamente o problema habitacional, instigando assim, Lúcio Costa a abreviar a conclusão dos projetos da primeira cidade do Distrito Federal cuja demarcação foi de responsabilidade dos topógrafos Maciel e Décio.

O médico Ernesto Silva, então executivo da NOVACAP, fez a primeira distribuição de lotes daquela que se denominava a partir de então, Vila Sarah Kubitschek, logo depois, Santa Cruz de Taguatinga e mais tarde Taguatinga.

Em dez dias foram alojados mais de 4.000 (quatro mil) pessoas e todos receberam seus lotes com direito a ocupação. Cerca de 1.000 (mil) fossas foram construídas, a rede provisória de água potável foi instalada, o transporte viário instituído e foi assegurado aos habitantes assistência médica. Aos seis meses já estavam em funcionamento escolas, hospitais e casas para professores.

Os primeiros loteamentos para moradias tiveram suas construções edificadas em madeira.

O planejamento de Taguatinga não obedeceu a um estudo antecipado, tanto da área como das condições de meio ambiente e outros fatores. Lúcio Pontual Machado e Milton Pernambucano, titulares da então Assessoria de Planejamento da NOVACAP para as cidades, adaptaram o que seria um planejamento com o que já existia ocupando as margens das matas ciliares existentes.

> SETAS - 000026 <



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AGACIEL MAIA

O objetivo da presente Moção é manifestar votos de Louvor e aplausos aos integrantes/apoiadores que contribuem para uma melhoria da cidade de Taguatinga. Sempre com dedicação e foco para ajudar a população.

Diante do exposto, e da importância de se prestar esta homenagem, rodo aos nobres pares o apoio para aprovação da presente Moção.

Sala das Sessões, em de 2018.

Agaciel Maia

Deputado Distrital

Líder do Governo


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

 TERCEIRA SECRETARIA
 Assessoria Legislativa
 Unidade de Constituição e Justiça

REQUERIMENTO RQ 3596/2018
(Deputado Wellington Luiz)
L I D O

14/06/18

Secretária Legislativa

Requer a tramitação conjunta do Projeto de Resolução nº 15/2011 e do Projeto de Resolução nº 16/2011.

> SETMS - 000027 <

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do art. 154 do Regimento Interno da CLDF, a tramitação conjunta dos Projetos de Resolução nºs 15/2011 e 16/2011, com o apensamento da proposição mais recente ao PR 15/2011.

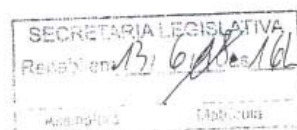
JUSTIFICAÇÃO

Os Projetos de Resolução nºs 15/2011 e 16/2011 tratam de matéria análoga e correlata, que é a alteração da estrutura administrativa da Câmara Legislativa. Ambas as proposições criam a figura da Diretoria-Geral da CLDF.

Os requisitos do art. 154 do RICLDF estão preenchidos, a saber: são proposições da mesma espécie, ainda não receberam parecer de comissão de mérito e, como já afirmado, tratam de matéria análoga e correlata.

Vale destacar que não há prejudicialidade da proposição mais recente, uma vez que, a despeito do conteúdo mais abrangente da proposição mais antiga, o PR 16/2011 prevê a revogação da Resolução nº 168/2000 (que trata do Gabinete da Mesa Diretora), o que faz com que as proposições não sejam de igual teor.

Sala das Sessões, em

Deputado WELLINGTON LUIZ


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 53ª
(QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O FUNCIONAMENTO E A ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS
REGIONAIS DE SAÚDE DO DF
DE 14 DE JUNHO DE 2018**

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – O Expediente lido vai à publicação.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 3.583, de 2018, de autoria da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 14 de junho de 2018, fica transformada em comissão geral para debater a questão do funcionamento e organização dos Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal.

Declaro suspensão a presente sessão. Convido as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados, a participarem desta comissão no plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensão às 14h50min, a sessão é reaberta às 15h29min.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	2

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está reaberta a sessão. Ao dar boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar aberta esta comissão geral para debater o funcionamento e organização dos Conselhos Regionais de Saúde do DF. (Pausa.)

Quero convidar o Presidente desta Casa, Deputado Joe Valle, para que venha compor a Mesa, e também os seguintes convidados: a Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Sra. Lourdes Cabral Piantino; a representante da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Sra. Daniele Cavalcante; o representante da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, Sr. Yuri Guimarães Aguiar de Oliveira; o representante do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, Sr. Rubens Bias; a coordenadora do Fórum de Plenárias Nacionais do Conselho Regional de Saúde, Sra. Maura Lúcia Gonçalves dos Anjos.

Quero dar meu cordial boa tarde a todos e a todas que vieram aqui nesta tarde participar desta comissão geral, para debatermos um pouco sobre a situação dos nossos Conselhos Regionais de Saúde. Nós estamos atendendo a um pedido do Fórum de Conselheiros de Saúde do Distrito Federal.

Esse é um debate que a gente já vem travando aqui. Pelo menos eu, desde quando fui eleito, venho diretamente, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, acompanhando de perto as dificuldades que os conselheiros e conselheiras de saúde passam em todas as regiões administrativas, por diversos fatores, principalmente do ponto de vista de estrutura para o trabalho, a própria infraestrutura dos espaços, a questão dos recursos humanos.

Também há muitas críticas por conta da falta de apoio do Governo do Distrito Federal e também do próprio Conselho de Saúde do Distrito Federal a esses espaços que são extremamente importantes no contato com a população e na interlocução com o próprio Governo do Distrito Federal.

Nossa saúde, infelizmente, passa por um processo difícil não só aqui no Distrito Federal, mas em todo o país, e esse processo a cada ano, infelizmente, se complica mais. A gente tem acompanhado, seja *in loco*, seja através da imprensa, e principalmente através de relatos de conselheiros de saúde em todo o Distrito Federal, a falta de atendimento e de estrutura por parte de várias áreas da nossa Secretaria de Saúde.

A ideia, então, é assim: como os Conselhos Regionais de Saúde têm esse papel importante de ajudar na própria gestão, a gente debatendo aqui, foi criado em agosto do ano passado uma frente parlamentar em apoio aos Conselhos Regionais de Saúde do Distrito Federal. Essa frente pouco atuou, até em função dessas relações e da pauta que o próprio Fórum ficou de apresentar.

Acho que hoje é uma oportunidade importante para fazer esse debate e sairmos daqui com alguns encaminhamentos no sentido de que a própria frente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	
				3	

parlamentar criada nesta Casa, juntamente com os Conselhos Regionais de Saúde, possam atuar para melhorar as condições de saúde e a política de saúde no âmbito do Distrito Federal.

Quando eu cheguei aqui, alguns conselheiros me perguntaram se haveria falas. Nós vamos abrir, talvez, umas dez falas para a plateia. Aqueles que quiserem fazer uso da palavra poderão se inscrever com a Poliana.

Nós vamos iniciar as intervenções chamando mais uma vez o nosso Presidente, o Deputado Joe Valle, que abrirá a nossa comissão geral.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde a todos.

Acho que vivemos um momento de transição importante, de uma democracia representativa para uma democracia participativa. Quando falamos de democracia participativa, clara e objetivamente estamos falando da participação das pessoas nas decisões e na gestão. Esse é um modelo importante. Claro que é o futuro, mas é muito difícil exercê-lo. Os soluços mandatários, na maioria das vezes, interrompem esse processo, e as mudanças de gestores, repentinas ou de quatro em quatro anos, por falta de um plano de longo prazo, criam essa fragmentação da política pública. Cada gestor que chega quer fazer do seu jeito, e como não se tem uma referência de longo prazo, ele não ancora as decisões. Provavelmente, o próximo que chegar vai querer dar a sua característica pessoal, e isso para mim é a mesma coisa que rasgar nota de cem.

Nesse sentido, quero agradecer ao Deputado Ricardo Vale, que está o tempo inteiro lidando com a questão dos direitos humanos e a questão da participação da sociedade, das propostas participativas. Quero louvar a sua fala inicial, quando diz que precisamos sair daqui com coisas efetivas. Então, Deputado Ricardo Vale, estou aqui – V.Exa. sabe todo o nosso trabalho – em nome, acredito, dos 24 Deputados, para apoiar V.Exa. naquilo que for decidido nesta plenária e que esteja ao alcance do Legislativo, da Câmara, para efetivarmos o que for preciso no sentido de regulamentação e fazer com que as leis sejam efetivadas, porque são leis.

Quero cumprimentar a Maura, que está nesta Mesa para fazer o debate; o Rubens Bias; o Yuri, da Casa Civil; e a Daniele, que tem carregado todo esse processo, entendendo que os servidores da Secretaria de Saúde, servidores de carreira, querem o melhor para a saúde do Distrito Federal e vão se juntar, em algum momento, nessa empreitada de todos esses conselheiros que trabalham de forma muito altruísta.

Os conselheiros vão às reuniões, participam e tentam resolver os problemas, que não são poucos. Eu digo isso porque todos nós Deputados recebemos uma pressão enorme, uma carga enorme, de pessoas que nos ligam pedindo para facilitarmos um atendimento. Aqueles que já estão quebrados dentro de um hospital, com fratura exposta, às vezes ligam para nossas assessorias ou para nós, pedindo: pelo amor de Deus, me socorra. Isso não deveria acontecer. Então, alguma engrenagem está errada.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	4

Estou acompanhando isso há oito anos aproximadamente. Os diretores de hospitais, os diretores de regionais, de áreas de saúde, que vão mudando de nome, na realidade aqueles que são da rede – médicos, alguns enfermeiros, são pessoas da rede – vão lá buscar, achar uma saída para essa problemática gigantesca que gasta quase sete bilhões de reais por ano. Mas não sentimos essa entrega.

Eu ia dar um exemplo aqui, Deputado Ricardo Vale, mas não quero me alongar. Estou à disposição para dar todo apoio que for possível e juntos avançarmos nessa pauta. É uma realidade. Quero estar aqui como Câmara Legislativa para ajudar nisso.

Outra coisa que é importante neste momento em que se avizinha uma disputa política é que a gente entre no modo colaborativo, porque a disputa vai acontecer de qualquer forma. Quem vai ganhar, quem não vai ganhar, se será a, b, c ou d; se fez ou deixou de fazer... Agora a gente tem que tentar juntar todo mundo para avançar, nem que seja um centímetro, mas não deixar retroceder.

Eu acredito que a saída é efetivamente pela conversa com os conselhos. Eu vou dar um exemplo. Aprovou-se uma lei que possibilita a descentralização de recursos para as escolas. Chama-se PDAF. Quem vai visitar as escolas hoje – os Deputados se mobilizam por meio de suas emendas, e os diretores das escolas passam a ter autonomia de investimento e de custeio lá na ponta – está vendo o que está acontecendo nas escolas.

Nós tínhamos uma proposta, essa lei foi aprovada, vetada pelo Governador, mas nós derrubamos o veto, que é a questão da descentralização de recursos na saúde. Já falamos sobre isso, que é realmente descentralizar os recursos para outras áreas, para os hospitais, dando autonomia para o processo, que foi a autonomia buscada quando se propôs um novo modelo de gestão da saúde, que é especificamente o Instituto Hospital de Base. Isso está comprovado, provado. Claro que é modelo que está acontecendo nas escolas!

No meu primeiro mandato, eu destinei muitos recursos para as escolas, que não foram executados, por causa da centralização. Perderam-se. Mais de 6 milhões de reais foram perdidos literalmente, porque não se fez o projeto, porque não foi... E, passou para o ano seguinte, perde-se o dinheiro. Agora mais de 20 milhões estão sendo executados. O Deputado Ricardo Vale coloca recursos nas escolas; todos os Deputados têm colocado e estão vendo os recursos serem executados.

Então, eu vejo que é o momento... Por isso eu acho importante o diálogo e que os conselhos possam ter esse poder de falar. E nunca é tarde para a gente começar: "Ah, mas está no final do governo!" Vamos começar. Ou: "Ah! Está no começo do governo." Vamos começar. Ou então: "Ah, a Câmara está abrindo isso hoje." É, está abrindo hoje. Então, vamos começar hoje!

Eu falo que é botarmos no modo colaborativo, porque os problemas nós sabemos; vamos agora discutir soluções: "Deputado Joe Valle, o senhor é o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	5

Presidente; Deputado Ricardo Vale, o senhor é presidente de comissão e é o executivo da Frente Parlamentar, coordena a Frente Parlamentar aqui em defesa dos conselhos, nós queremos isso aqui. Estão os itens aqui. Vamos fazer". E aí vamos fazer ou, pelo menos, procurar fazer.

Eu estou falando isso, gente, porque a gente inaugurou um processo que a gente nem achou que daria certo, e muitas vezes a lógica vem muito de uma demanda para o Legislativo que deveria ser uma demanda para o Executivo – porque é algo que o Executivo que faz –, que é o Câmara em Movimento. A gente está recebendo as pessoas aqui que demandaram nas regiões, nos territórios onde a Câmara se instalou naquela metodologia de ir antes, conversar, eleger as prioridades e, depois, a Câmara se instala lá e depois fica seis, oito meses mediando com o governo, porque 98% das demandas são do Executivo, e a gente faz o papel do representante: representar.

A gente está fazendo as reuniões aqui, trazendo o governo, trazendo a população que demandou, o Legislativo, de porta fechada, decidindo e entrando no modo colaborativo, sem disputa de narrativa.

Então, eu fico muito satisfeito de poder falar e de abrir mesmo o processo para a gente buscar fazer, porque ninguém aguenta mais tentar fazer, vir, colocar, fazer a gestão e não acontecer.

Eu não acredito, não pode ser possível que um servidor de carreira da saúde não queira o bem da saúde, não queira o bem da população. Eu não consigo ruminar isso, eu não consigo digerir isso, eu não consigo entender isso. Eu vou para outro modo, o de que estão com a visão errada, que estão gastando energia de uma forma errada. E muitas vezes uma energia que não dispomos.

Se eu estou gastando 6.8 bilhões de reais com a saúde pública em um quadrilátero super pequeno, que é quase o orçamento do Piauí inteiro, e as coisas não estão sendo entregues pois existem muitas reclamações claras, isso é claro, dá para perceber que o cidadão não está satisfeito. Em alguma coisa nós estamos errando, alguma coisa está saindo errado. Então, vamos trabalhar nisso. E este é o palco, este é o espaço para todos falarem o que quiserem, como quiserem, desde que com responsabilidade e com espírito construtivo fazendo todas as críticas.

Aqui está sendo tudo gravado, taquigrafado, e pode virar documento, pode virar uma emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, pode virar um projeto de lei, pode virar uma fiscalização em determinado lugar, pode virar uma interpelação ao Ministério Público. Aqui é o palco onde a gente pode se colocar.

Então, Deputado Ricardo Vale, estou à sua disposição. Parabéns por ter transformado esta sessão em uma comissão geral tão importante para debater isso. Todos os Deputados acabam nesse processo compartilhando todas as decisões que são tomadas aqui. Eu também estou à sua disposição. Fiz questão de estar aqui, ficar e participar desse processo para que a gente possa juntos, na energia de cada um, naquilo que dá para fazer, com todas as críticas, avançarmos nesse processo da saúde

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	6

que ninguém aguenta mais. E no meu entendimento, democracia participativa é a saída. E a saída está na sociedade civil organizada.

Parabéns aos conselheiros e contem comigo. Vamos ver se conseguiremos ter alguma coisa concreta a partir desta comissão geral.

Obrigado, Deputado Ricardo Vale. Obrigado a todos vocês. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Presidente, Deputado Joe Valle.

Quero mais uma vez agradecer-lo, porque foi na semana passada que a gente articulou essa comissão geral. Ligamos para V.Exa. que de pronto já disponibilizou transformando a sessão de hoje nesta comissão para debatermos esse assunto que é tão importante para a saúde e para o povo do Distrito Federal.

Passo a palavra à Sra. Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, Lourdes Cabral Piantino.

SRA. LOURDES CABRAL PIANTINO – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço ao Deputado e em seu nome cumprimento a Mesa. Agradeço por essa oportunidade de nós debatermos aqui na Câmara Legislativa um assunto que temos debatido continuamente no Conselho de Saúde o Distrito Federal.

Então, eu acho que é importante essa participação que não é dos conselheiros habituais que frequentam as reuniões mensais entre o Conselho de Saúde do Distrito Federal e conselhos regionais para que a gente discuta e chegue a uma posição definitiva da importância e do papel de cada conselho e de cada conselheiro para que a saúde do Distrito Federal se estabeleça de forma segura, adequada, e que possibilite um atendimento de qualidade à população.

Estou aqui à disposição para responder a quaisquer perguntas que venham a ser feitas.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sra. Lourdes, Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal.

Quero registrar a presença do Deputado Wasny de Roure.

Nós já temos três inscritos da plenária, aliás, temos doze. Eu vou fazer o seguinte: nós vamos aqui ouvir primeiro as autoridades que se fazem presentes, a quem eu quero agradecer mais uma vez a presença, depois a gente escuta a plenária. E, se for o caso, a gente volta à Mesa para que as autoridades complementem alguma questão.

Vamos ouvir agora a Sra. representante da Secretária de Estado de Saúde do DF, Daniele Cavalcante.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	7

SRA. DANIELE CAVALCANTE – Boa tarde a todas e a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Ricardo Vale e, na pessoa dele, todos os homens presentes. Cumprimento a Lourdinha, na pessoa de quem cumprimento todas as mulheres que fazem parte também da luta do Sistema Único de Saúde.

Deputado, eu queria parabenizá-lo por este evento. Eu acho que é um evento extremamente importante. Discutir controle social no Sistema Único de Saúde é muito importante. Precisamos olhar que isso vem da Lei nº 8.080 e da Lei nº 8.142, que foi uma luta da sociedade civil organizada na época da 8ª Conferência Nacional de Saúde. Então, é importante a gente fazer essa discussão e essa construção, porque o DF, no que tange ao Brasil, é diferente de tudo.

Ele tem os conselhos regionais – que são de regiões administrativas –, que não podem ser comparados aos Conselhos Municipais de Saúde, porque não são municípios autônomos e não têm uma instituição, mas são legítimos na sua constituição e na sua forma de se impor na região, e são muito próximos à população. Temos o Conselho do DF, que se compara muito aos Conselhos Estaduais de Saúde, mas que, na sua composição, tem grupos de todo o DF.

O Distrito Federal tem mais de 3 milhões de habitantes. Somos um único município para o Ministério da Saúde. Então, eu acho que este é um momento extremamente importante para ouvi-los.

Eu gostaria de trazer a vocês as desculpas do Secretário de Saúde, que gostaria muito de estar presente hoje, mas hoje temos o Fórum Nacional de Medicina da Família e Comunidade, que está discutindo a atenção primária à saúde, entre as quais a atenção primária no DF. Infelizmente ele já tinha esse compromisso – ele está numa mesa agora e pediu desculpas. Ele gostaria de estar presente, mas eu estou aqui para tentar colaborar no que for possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Está bem. Obrigado, Daniele.

Passo a palavra ao Yuri Guimarães Aguiar de Oliveira, representante da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais.

SR. YURI GUIMARÃES AGUIAR DE OLIVEIRA – Deputado Ricardo Vale, nós agradecemos pelo convite feito à nossa Casa Civil, ao tempo em que nós também o parabenizamos pelo evento que está sendo realizado agora.

A Casa Civil é um órgão de articulação do governo. Vou bater na mesma tecla: estamos aqui para escutar e transmitir ao Secretário-Chefe da Casa Civil, que não pôde estar presente aqui, todas as demandas importantes da saúde, que são muitas.

Eu, como servidor efetivo da Secretaria de Saúde, cedido para a Casa Civil, evidentemente vou puxar um pouquinho mais para a nossa saúde do Distrito Federal, que nós conhecemos bem como anda, desde o ano de 2000, quando nós assumimos no concurso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	8

No mais, Deputado, nós estamos aqui para colaborar, escutar e passar qualquer deliberação que for necessária para esta Casa.

Sou agradecido.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Yuri.

Eu quero registrar a presença do Secretário-Chefe da Casa Civil, a quem agradeço por ter nos recebido, na segunda-feira – se não estou enganado –, com uma comissão de usuários, de trabalhadores do Sistema de Saúde Mental do Distrito Federal. Ele, como sempre, estava muito aberto ao diálogo, muito aberto ao debate.

Ele nos recebeu. Nós expusemos a ele uma série de problemas no Sistema de Saúde Mental do Distrito Federal, nos CAPS – Centros de Atenção Psicossocial –, e ele foi muito sensível. Ele disse que iria conversar com o Secretário de Saúde. Então aproveitamos a oportunidade e o convidamos para estar aqui hoje – e ele gentilmente deve ter escalado o senhor a estar aqui.

Então, já quero agradecer de público ao Chefe da Casa Civil, Sr. Sérgio Sampaio, pela postura – que todos os gestores deveriam ter: ouvir os trabalhadores, ouvir os Deputados, ouvir os usuários do Sistema de Saúde e de todas as áreas do Distrito Federal. Infelizmente, a gente encontra muita dificuldade de dialogar com vários gestores de várias áreas do governo – não só deste governo, mas de todos os governos que já passaram no Distrito Federal. E essa é uma queixa que todos os Deputados aqui têm.

Quero registrar que sempre que a gente precisou ter um diálogo, um debate com o Chefe da Casa Civil, Sr. Sérgio Sampaio, ele esteve atento. E fico muito feliz por ele ter, como prometido, escalado o senhor para estar aqui presente nesta tarde. Eu queria fazer esse registro.

Concedo a palavra ao Sr. Rubens Bias, representante do Centro Brasileiro de Estudo em Saúde – CEBES.

SR. RUBENS BIAS – Boa tarde a todos e a todas. Muito obrigado pelo convite, Sr. Deputado. Agradeço à Maura. Meu nome é Rubens. Eu vou falar em nome do CEBES, núcleo DF.

O CEBES foi criado na década de 70 e tinha como objetivo tanto lutar pela democracia quanto lutar pela saúde no contexto da criação do Sistema Único de Saúde da Constituição Federal de 88. E, neste momento, a gente percebe que ambos estão ameaçados, seja a Saúde – com a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que congela os gastos pelos próximos vinte anos, além de várias retiradas de recursos que vêm sendo tentadas no âmbito do Governo Federal, como o caso do desconto do diesel, que foi descontado da Saúde; a questão da publicidade do Governo Temer, que também sairia da comunicação de programas de Saúde, que foi barrado, além de retrocessos políticos, como o caso mais emblemático, o caso da saúde mental, em que a gente teve a aprovação de uma portaria que, na avaliação, por exemplo, do Conselho

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	9

Nacional de Saúde, vai contra a reforma psiquiátrica, a luta antimanicomial, a lei que fundamenta a saúde mental.

Também estamos com risco para a democracia como um todo – que vão desde prisões de líderes, que são feitas ou desfeitas a partir de princípios muito pouco claros quanto a quem é preso e a quem é solto, até os crescentes pedidos de intervenção militar, que colocam a própria ideia de democracia em risco.

E, nesse âmbito, é muito fundamental a retomada dessas duas lutas. A luta pela saúde e a luta pela democracia, que têm, nos conselhos locais, o seu ápice. Então, a participação social, que está dentro da constituição do SUS, se realiza no local, na descentralização do poder na saúde, e ela pode ser feita pelos conselhos locais.

Eu fui convidado a estar aqui principalmente para falar de um projeto que a gente tem desenvolvido. Nós desenvolvemos um projeto em 2014 e estamos desenvolvendo novamente agora, em 2018. Ele está sendo chamado de diagnóstico dialogado.

A gente tem ido a vários conselhos locais de saúde do Distrito Federal e tem dialogado com outros movimentos sociais de modo a entender como está a situação de saúde no Distrito Federal a partir dos usuários, dos trabalhadores, dos gestores que estão na ponta e, a partir disso, construir um documento em parceria com esses conselhos, com esses movimentos, para ser apresentado a todos os candidatos ao governo para que eles se comprometam com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

E aí eu acho que vem muito a calhar esse processo de fortalecimento também dos conselhos locais que estão sendo abertos aqui na Câmara Legislativa.

Quero trazer para vocês apenas um ponto selecionado aleatoriamente de cada um dos conselhos de que a gente já participou. Por exemplo, no Conselho de Saúde de Ceilândia, era muito clara a demanda por um novo hospital. Então, você tem aí 600 mil habitantes em uma cidade e um hospital que, claramente, não dá conta das demandas que estão ali.

No caso, por exemplo, do Paranoá, houve esta semana uma discussão muito forte em relação a como garantir tanto o trabalho quanto o atendimento nas zonas rurais do Distrito Federal, como abrir equipamentos de saúde nesses espaços que são mais longínquos e menos povoados, como garantir que os profissionais cheguem a esses locais que, muitas vezes, são muito distantes de qualquer agrupamento urbano.

No Conselho de Saúde de São Sebastião, um dos pontos que esteve bastante presente foi a abertura de novos loteamentos, como isso é feito sem que se garantam equipamentos de saúde e outros equipamentos sociais. Aí cada loteamento implica uma sobrecarga extra no sistema público, novos habitantes vão procurar esses equipamentos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	10

Em relação ao Conselho de Saúde de Sobradinho, selecionei, por exemplo, o debate sobre especialistas. Uma médica homeopata estava no NASF – Núcleo Ampliado de Saúde da Família e a discussão era se ela continuaria próxima à comunidade ou se, obrigatoriamente, iria para um ambulatório de especialidades, para uma policlínica, como isso impactaria o acesso das pessoas aos serviços.

Em relação a Santa Maria, achei muito interessante, pois o que apareceu foi um relato da constituição histórica da cidade. Então, o loteamento foi feito por pontuação, os cidadãos que tinham comorbidades, que tinham deficiências, tinham uma pontuação aumentada para conseguir o lote, o que é naturalmente muito justo, mas implica aquela população ter mais demanda de serviço público do que a média do Distrito Federal.

Por exemplo, no caso do Cruzeiro, houve um debate sobre o Converte – conversão do modelo da atenção primária do DF para Estratégia Saúde da Família, essa conversão foi sentida pela população, para ela houve diminuição do acesso aos serviços. Então, você tinha os serviços organizados de uma certa forma, e aí todo mundo que estuda a saúde pública defende o Estratégia Saúde da Família como uma estratégia correta. Mas como isso é feito de uma forma em que a população passa a sentir que está perdendo acesso ao serviço de saúde?

No caso do Gama, e acho que é bastante representativo, o fechamento do pronto atendimento infantil. Aí sob o debate da regionalização, você fecha um serviço de pediatria, e isso tem impacto na vida de toda a população ali, passando todo o pronto atendimento infantil para Santa Maria. A população percebe isso como uma limitação no acesso ao direito fundamental à saúde.

Então, só trouxe esses exemplos isolados, quase todo mundo aqui na plateia pode complementar ou me desmentir, para apontar que os conselhos locais e regionais têm uma capacidade incrível de descrever, a partir da experiência do usuário, a partir da experiência dos profissionais, como está se dando a organização do sistema no Distrito Federal. E o que a Daniele coloca é um ponto muito relevante para a gente refletir nesta comissão que está sendo inaugurada. Bom, você tem a unidade federativa mais rica do Brasil e a mais desigual e, claramente, no caso da saúde, uma percepção de que o serviço não está sendo entregue.

Os conselhos não têm as mesmas atribuições que os conselhos de saúde, em geral, têm em relação a aprovar contas e tal. Só o conselho do Distrito Federal tem essa atribuição. Isso diminui muito o poder e a autonomia dos conselhos locais.

Então, em que medida a gente pode fortalecer, de fato, os conselhos locais? Como acontece a relação dos conselhos com a gestão? Ela fica muito variada de acordo com a realidade local e com a predisposição de quem está ali. Você tem gestores que estão muito bem dispostos a dialogar; você tem gestores que não recebem os conselhos e ficam em um atrito constante; você tem promessas que não são cumpridas e, depois, o conselho não pode atuar em relação ao que foi falado e não foi feito; você

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	11

tem os gestores que se colocam como aqueles que sabem mais do que a população que está debatendo ali e, aí, o conselho não dispõe de nenhuma ferramenta. Então, eu acho que isso deveria estar em mente no trabalho desta comissão. Espaço, infraestrutura, recursos humanos e apoio são importantes, mas a gente precisaria avançar mais ainda.

Como os conselhos locais poderiam ter funções deliberativas? Como os conselhos locais poderiam gerir recursos, aprovar recursos em relação à secretaria? Existe também uma crítica em relação à formação dos conselhos que, eu acho, a gente precisa se debruçar também sobre ela. A democracia é muito imperfeita, ela precisa ser combatida com mais democracia. Como tornar os processos de escolha dos conselheiros o mais democrático, transparente e participativo possível para que os conselhos não sejam espaços de ocupação por pessoas que, a partir do momento em que estão ali, perdem o contato com sua comunidade. Então, essa é a avaliação que a gente faz, a partir do diálogo que a gente está fazendo.

Eu queria aproveitar e fazer o convite, para quem eu ainda não o fiz, no dia 23 agora, das 9 às 13 horas, o Cebes, em parceria com a Fiocruz, fará uma oficina com os movimentos e os conselhos na Fiocruz. Todos aqui estão convidados. A gente vai passar uma lista de presença para quem quiser receber maiores informações. Já estão passando-a. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Rubens Bias, que é o representante do Centro Brasileiro de Estudo em Saúde.

Concedo a palavra agora ao Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, meu colega de parlamento, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento os colegas integrantes da Mesa: a Sra. Lourdes Cabral, do Conselho de Saúde do DF – quero cumprimentá-la, sobretudo, pela sua militância, não só pela sua presença, mas pela sua militância em prol da saúde pública do Distrito Federal. Cumprimento a Dra. Daniele Cavalcante, que é a representante do Secretário – a gente sempre reporta lá para incomodá-la, mas ela é sempre solícita, às vezes, brava com a gente, mas sempre solícita no que tange à saúde pública. Cumprimento o representante da Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais, o Sr. Yuri Guimarães aqui conosco, que é bastante importante pelo poder decisório que a Casa Civil tem – eu quero trazer uma demanda particularmente para o senhor neste momento. Cumprimento o representante do Centro Brasileiro de Estudo em Saúde, Sr. Rubens Bias, e a Coordenadora do Fórum de Plenárias Nacionais do Conselho Regional de Saúde, a Sra. Maura Lúcia aqui conosco. Quero cumprimentar cada um dos conselheiros aqui. Vejo aqui amigos militantes, líderes sindicais.

Eu creio que a fala do colega que me antecedeu traz um ingrediente muito importante: o processo de empoderamento dos conselhos, que é o papel na caminhada decisória. Acho que nós temos que avançar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	12

Apresentei um projeto de lei muito sedimentado em cima da proposta do PDAF, que é o projeto da descentralização financeira dos recursos para as unidades gestoras da saúde. Creio que esse excesso de centralização acaba dificultando. Eu fico imaginando o que é um diretor de hospital ter que gerenciar problemas tão sérios, tão crônicos, alguns ainda indecifráveis, que exigem esse trabalho.

Quero também cumprimentar o representante dos trabalhadores no Conselho de Saúde, Dr. Thiago.

Quero solicitar, Yuri, que vocês possam analisar essa proposta. Eu não acho que ela seja uma proposta perfeita, mas creio que é uma proposta que avança no sentido de empoderar as unidades gestoras de saúde, que são, sobretudo, centros de saúde, como também os nossos hospitais e algumas das outras unidades que recebem uma nomenclatura específica.

Mas quero destacar aqui, Dra. Daniele – permita dirigir-me diretamente à senhora, por estar representando o Senhor Secretário de Saúde –, que existe uma questão que nós precisamos decifrar. Eu tentei fazer isso, e a senhora acompanhou no relatório da CPI da Saúde. Nós precisamos entender o motivo pelo qual o Distrito Federal, assim como outras unidades da federação, mas vamos nos deter naquilo que cabe a nós, devolve de maneira significativa aquilo que recebe do Ministério da Saúde.

A portaria de dezembro do ano passado simplificou em duas rubricas: custeio e investimento, diante de seis rubricas que havia, de seis categorias de gastos do Fundo de Saúde. É inexplicável o montante de recursos que nós devolvemos hoje – o último número sai agora, não sei precisar, mas sei que é superior a 300 milhões de reais. Isso faz muita falta para a nossa saúde! Faz muita falta para a nossa saúde!

Eu queria também trazer aqui, colegas... eu fiz, nesta semana, mais especificamente na terça-feira, uma denúncia de perdas de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal que vem de outros governos, não é deste governo, ele vem de outros governos. Este governo até reduziu significativamente, mas, nessa semana, publicada a execução do Fundo Constitucional... Porque... O que ocorre no Fundo Constitucional? A rubrica, existem três grandes rubricas: custeio de pessoal, custeio de manutenção e investimento. A União segura o investimento. Na manutenção, ela fica liberando a conta-gotas. Chega no final do ano, como é o caso do ano passado, em 2017, nós tivemos inscritos em restos a pagar mais de 380 milhões só do Fundo Constitucional. Só do Fundo Constitucional! E nessa semana um daquele que havia sido empenhado foi cancelado: do Corpo de Bombeiros, na área de manutenção. Não é nem na área de investimento, mas na área de manutenção: praticamente 12 milhões de reais.

Ora, eu vejo aqui alguns professores, como o Paulo César do CEP Saúde de Planaltina. Ele sabe o quanto significam doze milhões em novas escolas para o Distrito Federal, que está em déficit no Manguelral, no Paranoá, no Riacho Fundo II. Ora, como eu disse... E não é apenas deste governo! E este governo, por sinal, reduziu

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	13

dramaticamente as perdas de recursos do Fundo Constitucional. Ao final do ano, vamos ver o quanto fez falta e o quanto poderia ter sido utilizado, porque tudo isso ocorre na rubrica da segurança pública, porque aquilo que vai para a saúde e aquilo que vai para a educação, do Fundo Constitucional, é consumido, pois é utilizado basicamente em pessoal. Mas economiza na rubrica 100, que é o nosso orçamento doméstico, e libera para investimento ou outras necessidades que o governo tem.

Desculpem-me eu estar falando dessas questões, porque essa área de finanças consideramos muito árida, mas sem ela acabamos não funcionando o que poderíamos funcionar. Eu fico, às vezes, incomodado porque os nossos conselhos de saúde recebem os casos individuais, mas também acompanham o centro de saúde, a sala de cirurgia.

Essa semana também recebi aqui uma denúncia... estou dizendo até porque a pessoa que denunciou está aqui, se eu não falar... Ontem tentei falar, não teve sessão! Entendem? Eu vou falar hoje e aproveitar esta sessão aqui do conselho de saúde. Já fiz até o levantamento da evolução de gastos na alimentação escolar e na alimentação da saúde. Estamos com um problema que é a suspensão da alimentação dos plantonistas. Nós precisamos, Daniele, entender qual é a economicidade que isso de fato vai trazer para o Estado. Eu sei que o Estado está procurando ajustar as contas, mas, de fato, um auxiliar de enfermagem... um médico ainda pode ter um grau de liberdade com as suas finanças que permita a ele ir a uma cantina ou não, ou a outra, mas, para determinados servidores, é fundamental aquela alimentação. É uma refeição, é um lanche, é o café da manhã! (Palmas.)

Eu quero pedir essa atenção, permita-me essa liberdade... aqui vocês estão tratando enquanto conselho de saúde. Como eu disse, eu queria ter feito ontem, recebi ontem, não fiz porque não houve sessão, a sessão foi cancelada por falta de quórum, lamentavelmente, mas foi o que ocorreu, e estou utilizando essa oportunidade. Então, fiz questão de estar aqui e fazer esse registro.

Eu queria encerrar agora dizendo o quão é importante o trabalho de vocês, gente! O quanto é importante o trabalho de vocês! Essa questão é muito séria. É um dos poucos conselhos que, de fato, funciona. Sabem por quê? Porque lá o vizinho da sua casa, lá dentro da sua casa, tem gente batendo na sua porta; e, querendo ou não querendo, funciona. O João aqui, lá no Paranoá, ele vai... Outro dia ele me disse que foi à delegacia em função do não atendimento hospitalar. Nós, muitas vezes, temos de dar uma de doido. E o João já é meio doido mesmo! Tenho até que parabenizá-lo porque, às vezes, o doido nessa hora faz a coisa acontecer.

Eu sei que a questão da saúde é algo extremamente grave, mas precisamos dar passos. Fico pensando aqui o que nós, enquanto comissão, poderíamos fazer.

Eu me lembro bem do trauma que foi na cidade do Gama, para o Hospital do Gama, quando foi transferida para o Hospital de Santa Maria a pediatria. A gente sabe, eu conheço o Hospital de Santa Maria, conheço o Hospital do Gama, sei das

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	14

proximidades, mas sei também da demanda que vem desde Cristalina, Paracatu, para cá, que é uma região enorme e que recorre sobretudo ao Hospital do Gama, ou ao Hospital de Santa Maria. São decisões, e eu já conversei sobre isso com o doutor Macedo, que – acho – ainda continua sendo diretor do Hospital do Gama.

Eu até entendo, porque ele não quer que a qualidade do atendimento caia em função do nível pelo qual o hospital é cobrado no atendimento, mas nos inquietamos enormemente pela histórica posição do Hospital do Gama em toda aquela região. Eu sei que manter o contrato do médico com a rede pública é algo que nem sempre é muito fácil. Para algumas especialidades, em particular, é mais crítico ainda, e nós não podemos abrir mão disso. Então, eu gostaria de cumprimentá-los, cada um de vocês, que não medem esforços para consolidar esse projeto.

Eu me lembro de quando o Conselho de Saúde de Santa Maria me procurou para tentar pôr em funcionamento uma unidade da Polícia Militar fechada. Fui conversar com o comandante, por mais de uma vez, levando alguns integrantes, inclusive da regional de saúde, mas ele alegou que não havia o pedido do secretário ou do diretor da regional, ou que algo não era suficiente. Olhem só! O pedido do diretor da regional sul não era suficiente; tinha que ser do secretário. Mas vão abrir a unidade.

Eu quero que você vá a Santa Maria, onde há uma unidade de alvenaria perto da Telebrasília – não me perguntem a quadra, que eu não sei. Se tiver que levar alguém, eu levo, mas não sei o número da quadra, sei apenas que é perto da antiga Telebrasília. Está lá, bonitinho. Não abriram para o centro de saúde ou para acolher o Saúde da Família. Sabem que o Hospital de Santa Maria é do outro lado da cidade, mas preferem que o pessoal fique a cederem um espaço que está fechado. Estão com medo de que a Secretaria de Saúde roube aquele espaço. Preferem que o cidadão padeça ao invés de melhorarem a qualidade do atendimento.

Naturalmente, não há secretário competente para enfrentar toda essa idiosincrasia da nossa administração pública. Lamento, mas, infelizmente, são questões que nos deixam angustiados. Eu sei da qualidade do nosso secretário, um homem público, probo. Recentemente, fui conversar com o Dr. Bruno, no Tribunal de Contas da União, e ele rasgou enormes elogios à competência técnica do secretário. Mas a saúde, para funcionar, tem que ser, sobretudo, uma secretaria de equipe.

Deputado Ricardo Vale, desculpe-me se me excedi demais na minha angústia, mas conte conosco! Vamos adiante! Parabéns por essa belíssima iniciativa! Vamos fazer essa caminhada para superar as dificuldades, ajudando no que é possível.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	15

Vamos ouvir agora a Coordenadora do Fórum de Plenárias Nacionais do Conselho Regional de Saúde, Sra. Maura Lúcia Gonçalves dos Anjos.

SRA. MAURA LÚCIA GONÇALVES DOS ANJOS – Boa tarde a todos e a todas. Eu fico muito feliz de ver essa plateia. Aécio, nós chegamos até aqui.

Eu só queria fazer uma correção do que o nobre Parlamentar citou. Quero informar que, no primeiro contato feito com esta Casa, eu realmente era a Coordenadora de Plenária – já faz três anos –, mas agora temos a honra de ter como Coordenador de Plenária o nosso amigo Luiz Carlos Macedo Fonseca, que está ali. Ele é o nosso Coordenador de Plenária, é do Conselho de Saúde do Distrito Federal e faz esse trabalho com maestria. A gente espera bastante dele nesse novo rumo, nesse novo caminhar.

Eu queria pedir licença, Deputado, para passarmos um vídeo que é uma memória do trabalho do Fórum de Conselhos Regionais, desde 2014. Não deu para colocar tudo, porque é muita coisa, mas será bem rapidinho. Depois, farei uma fala também bem rápida. Vamos matar a saudade!

(Apresentação de vídeo.)

SRA. MAURA LÚCIA GONÇALVES DOS ANJOS – Falar de tudo isso, lembrar tudo isso até nos emociona. Eu vou falar rapidamente da nossa trajetória no fórum. O fórum nasce em final de 2013, 2014. Como vocês viram, fomos eleitos coordenadores de plenário, em uma eleição apertada no Conselho de Saúde do Distrito Federal, com a nossa colega Fátima Rola, do Conselho do Guará. Houve um empate. Depois o desempate, e a gente assumiu a cadeira. E foi muito bacana porque, a partir daí, os coordenadores de plenária assumiram os cargos – e assumem até hoje – para fazer uma interface entre o Estado e o Conselho Nacional.

Até então, a gente nunca tinha tido a oportunidade de ter um representante de conselheiro local nesse cargo. Entendi que era uma oportunidade ímpar fazer essa interface do Conselho Regional com o Conselho Nacional. Nós saímos, vulgarmente falando, da pobreza e fomos visitar o palácio. E foi assim que nos sentimos quando entramos no Conselho Nacional. Fomos recebidos de braços abertos, e essa estratégia nos rendeu o credenciamento no conselho. Somos, no total, 5.684 conselhos municipais.

Em 2014, no Distrito Federal, tínhamos dois conselhos registrados no SIACS – Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde. Os conselhos regionais não existiam para o Conselho Nacional. Conseguimos isso, graças a Deus, com a sensibilidade da Presidente, Dra. Socorro, e do Palma, que era um secretário muito sensível e que nos ajudou. Nas plenárias de conselhos nacionais, nós colhemos 17 mil assinaturas, fazendo uma moção para pedir o reconhecimento desses conselhos regionais. E fomos felizes. Na época, o Presidente era o Helvécio. Ele abriu um espaço, na plenária nacional, para falarmos. Nós conseguimos e efetivamos os conselhos regionais. Hoje, os conselhos regionais estão lá, efetivados e reconhecidos pelo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	16

Conselho Nacional, o que é muito importante porque a gente faz um trabalho muito bacana nas nossas cidades. Nós somos reconhecidos.

Aí seguiu a nossa caminhada no fórum, que, inclusive, é itinerante por falta de verba. Nós nos reunimos em cada região. Nós tivemos cinco reuniões em cada região para alavancar esse fórum. Nessas andanças, nós conseguimos também fazer um diagnóstico do conselho em relação à cidade. Por cada cidade em que a gente ia passando, em cada região, a gente ia construindo alguns projetos. Por exemplo, em Sobradinho, surgiu o projeto da eleição de gestores, a gestão participativa.

Eu quero ressaltar que este governo, logo no início, nos recebeu – eu acho que vocês devem se lembrar de uma foto que passou em que nós estávamos numa mesa de reunião com o governo de transição – e nos permitiu fazer um projeto-piloto. Inclusive, eu fui eleita pela minha comunidade como gestora da UPA – Unidade de Pronto Atendimento – do Núcleo Bandeirante. Então, eu trabalhei um tempo na UPA do Bandeirante como gestora eleita pelo controle social, e deu muito certo. Lá em Sobradinho, também, nós estreitamos os laços com a governança e fizemos esse projeto.

Lembro também que nós fizemos uma plenária lá no Núcleo Bandeirante que foi extremamente importante. Não tínhamos espaço e nem dinheiro, por isso nós fizemos – não sei se aqui apareceu, mas acho que vocês vão se lembrar – uma plenária embaixo do viaduto que falou de mulheres negras, de racismo. Nós recebemos as embaixatrizes de países africanos embaixo do viaduto. Foi maravilhosa essa plenária – foi fantástica –, e de lá saiu um projeto, que hoje está tramitando no Senado, que se chama O Lar do Meu Cabelo. Foi um pai brasileiro que falou para a Imperatriz da Jamaica que era totalmente contra fazer a modificação da fibra do cabelo da criança com química sem que ela pudesse optar por essa modificação. Eu já falei desse projeto. Aí o fórum se juntou e fez esse encaminhamento.

Desse fórum do Bandeirante, saiu o Mapeamento Social. Nós recebemos uma demanda muito grande na questão da violência no Núcleo Bandeirante. A minha cidade é atípica. É a primeira cidade. Eu sou pioneira. Filha de pioneiro. A gente tem um setor lá chamado Setor de Motéis. No Setor de Motéis, há igrejas, e as meninas das igrejas participaram também dessa plenária e trouxeram para nós uma queixa sobre a qual, a princípio, a gente pensou: nossa, isso acontece aqui?

As igrejas terminam os eventos, no sábado, para os jovens às 22h, e as meninas eram abordadas. Havia até discussões com as pessoas que trabalham ali próximo com profissionais do sexo com as meninas que saíam da igreja. Não havia segurança. Não havia boa iluminação.

Então, a gente criou esse projeto, que é o Mapeamento Social. É um instrumento *online* que tem todas as áreas da cidade. Algumas cidades aqui usaram também esse instrumento, e isso ajudou muito. Vocês viram que nós entregamos esse

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	17

mapeamento social para a antiga Secretária de Segurança – acho que vocês viram a gente na foto.

É a população que faz esse mapeamento. O usuário escolhe lá no instrumento a área em que mora, ele que diz se há luz, tráfico de drogas, se lá o comércio funciona ou não funciona, se aquela área é ocupada ou se não é ocupada, se há invasão. Depois desse retrato, desse diagnóstico feito num instrumento que é secreto, que é sigiloso, o resultado é entregue para o responsável pela segurança da cidade. Esse responsável dá os encaminhamentos. Foi isso que saiu do Núcleo Bandeirante.

Lá no Cruzeiro, nós fizemos uma plenária que foi extremamente diferente. Nós fizemos uma plenária para mulheres negras, falando de movimento negro. Não havia um negro na plenária – foi bem interessante –, mas vieram mulheres sambistas que falaram da violência nos ambientes de diversão noturna. Aí, com a ajuda da Deputada Celina Leão, que fez os encaminhamentos, a gente criou algumas estratégias para diminuir essa violência dentro dos ambientes de diversão e foi para todo o Distrito Federal. E tem um projeto que eu não tenho autorização de falar ainda, porque ele está em encaminhamento.

Então, as nossas plenárias foram caminhando, e a gente foi fazendo o diagnóstico. Nós tivemos uma plenária também, na região leste, que foi São Sebastião. Dessa plenária surgiu a questão do conselho em rede. Vocês devem lembrar que foi em São Sebastião, foi no Paranoá o conselho em rede, e a gente criou uma estratégia: toda vez que um conselho tinha um problema, todos os outros conselhos que podiam estar no local, eram acionados e juntava uma equipe de conselheiros para socorrer esses conselhos. Foi muito interessante. Isso nos rendeu uma parceria com a França, que nos convidou para estar lá, porque eles e o mundo inteiro acompanham esse *blog* que é do fórum. Nós fomos convidados para ir até a França. Nós temos um primeiro embrião de conselho em Chambéry, que faz uma gestão de saúde mental.

Então, para finalizar, eu quero dizer a vocês que essa exposição de motivos é para que todos conheçam o papel do fórum e para que as pessoas aqui que têm o poder de legitimar entendam que essa é uma estratégia para a cidade, para os conselhos. A gente precisa que essa estratégia seja legitimada e reconhecida, porque ela ainda não está reconhecida.

Dentro de um projeto maior do fórum, nós temos dois projetos que estão em andamento que eu acho fundamental e que dependem do trabalho de todos, não só dos fóruns dos conselhos. É o Hospital da Mulher, que nasceu de uma reunião do fórum, e a questão que o Deputado Ricardo Vale já está encaminhando: contar, para os usuários e trabalhadores, esse tempo que a gente trabalha voluntariamente nos conselhos para aposentadoria e também para ascensão na avaliação do trabalhador público. O Deputado Ricardo Vale já está com esse projeto. Ele está sendo discutido já no Senado e aí vai se expandir e ter desdobramento para todo o Brasil.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	18

Isso é para os senhores terem um entendimento de que há uma parceria do fórum com o governo, com a cidade, com os conselheiros e com os outros órgãos à distância. Nós tivemos o TCDF, que criou, através de uma solicitação do fórum, um curso de formação para conselheiro.

O que a gente está pedindo aqui... Eu, como coordenadora do fórum e representante do Conselho do Núcleo Bandeirante, que ainda está em processo eleitoral, estou pedindo ajuda da Mesa, do Conselho de Saúde do DF, da Câmara Legislativa, do Governo do Distrito Federal, das sedes, que podem ajudar nessa organização do nosso fórum, para que isso se torne uma instância também de colaboração para melhoria e manutenção do nosso Sistema Único de Saúde com excelência.

Muito obrigada. Eu me sinto muito honrada de estar aqui. O presidente da minha casa está aí. Eu quero ressaltar a presença dele. Muito obrigada pela oportunidade e por honrar ainda a minha presença e a representação do meu sindicato, que é o SINDATE – Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem. Eu vou puxar a sardinha para o meu lado: é um dos melhores sindicatos que existem em Brasília. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Maura, sempre presente na Câmara, entrando de gabinete em gabinete, pedindo que nós Parlamentares, que esta Casa tenha um olhar para a saúde pública do Distrito Federal, para a saúde pública do País. Ela é uma pessoa que realmente incentiva os Parlamentares a trabalhar no sentido de ajudar nossa saúde pública a ficar cada vez melhor. Então, parabéns, Maura! Em nome do fórum, eu parablenizo todos vocês pelo brilhante trabalho que vocês fazem.

Vamos começar a ouvir as intervenções da plenária. Aqui, regimentalmente, são três minutos. Nós temos treze pessoas inscritas. Então, vou pedir que, nas intervenções, vocês sejam objetivos, porque três minutos é um tempo curto, mas se falarem de forma objetiva dá para passar o recado.

Vou chamar o primeiro orador que é o Valdimir Hass, Presidente da Associação Comercial do Núcleo Bandeirante.

SR. VALDIMIR HASS – Boa tarde a todos, aos conselheiros e à Mesa, em nome do Deputado Ricardo Vale. Quero falar, em especial à nossa Presidente do Conselho do Núcleo Bandeirante, a Maura, da importância deste momento, quando visamos ao fortalecimento dos conselhos regionais no sentido de terem autonomia deliberativa.

Deputado Ricardo Vale, quero falar da importância, da relevância de se criar essa comissão na Câmara Legislativa para ouvir e deliberar sobre a necessidade de saúde do nosso povo. No meu modo de ver, é o fato mais histórico da nossa cidade, porque trouxemos esse problema que tanto judia o nosso trabalhador, a nossa comunidade, a nossa população. Todos nós somos vítimas de um sistema que precisa se aperfeiçoar melhor. Eu gosto de assistir às entrevistas do canal da Fiocruz e vejo a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	19

importância do controle social. Mas como fazer controle social com os conselhos regionais tão aprisionados, tão amedrontados? Porque o trabalhador vai para o conselho, mas, se ele falar algo em prol do controle social que desagrade o gestor, ele sofre todo tipo de represália que uma pessoa pode sofrer. Assim, ele fica amordaçado.

O conselheiro que representa os trabalhadores, os usuários, que geralmente são pessoas muito humildes, também fica pressionado, sem voz. A gente ouviu aqui que os conselhos não têm voz, são amordaçados, com exceção do Conselho do Núcleo Bandeirante, que é composto de empresários que, em sua maioria, possuem nível superior. Mas isso também gerou um desagrado tão grande, um problema sem tamanho, que, se nós fossemos filhos de pai assustado, acho que a gente já tinha até mudado do Núcleo Bandeirante. O Conselho do Núcleo Bandeirante, hoje, está irregular porque não atendeu aquilo que os gestores almejavam comandar para a cidade.

Quando nós defendemos a população, começaram os problemas. Eu não sei o fundamento exato, mas, no meu modo de pensar, foi por defendermos as melhorias da saúde, por querermos, de graça, ajudar o governo a melhorar a saúde. Acho que o fundamento foi porque nós elegemos uma mulher negra para presidente do conselho. E, nessa segunda eleição, ela talvez seria eleita novamente. Aí, foram ceifados todos os direitos do conselho regional. O Conselho do Distrito Federal interferiu na nossa eleição, confiscou a documentação do nosso conselho há praticamente um ano e não a devolveu a nós. Nós não estamos legitimados, nem fomos publicados. Não foi aceita a recondução, porque provavelmente era este o problema: teríamos de trocar a presidente. Ouvimos isso por trás dos bastidores, um passarinho assoviou e nos falou isso.

Então, essas coisas têm de acabar. Os conselhos regionais têm de ser autônomos e ter autonomia para fazer sua eleição. Nós do Núcleo Bandeirante sempre tivemos o cuidado de ter entidades registradas, com CNPJ ativo na cidade, com funcionamento de, pelo menos, dois anos.

Nós do Núcleo Bandeirante sempre tivemos o cuidado de ter entidades registradas, com CNPJ ativo na cidade, com funcionamento de, pelo menos, dois anos. Então, lá nós não aceitamos ninguém de paraquedas. E, nessa última eleição, tentaram introduzir os famosos paraquedistas, e por isso essa queda de braço. Eu passo esse problema ao nobre Deputado Ricardo Vale, que tem muita sensibilidade. Esta Casa é a Casa das leis e é aqui onde se tem de legislar para dar autonomia aos conselhos regionais, para que esse fato não aconteça mais.

Eu sou empresário, administrador de empresa, membro do Conselho de Comércio Brasil-Portugal, atuo na Justiça arbitral, sou juiz arbitral federal e vejo um retrocesso muito grande quando não se avança. Parece que, quando alguém vai fazer algo, isso incomoda. E nós temos de parar com isso, nós temos de valorizar quem faz. Está aí o exemplo, a explanação do que foi feito em nível do conselho, das plenárias – eu participei de todas – no Núcleo Bandeirante. Foi um grande avanço. Os conselhos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	20

regionais andavam todos desmotivados, porque é muito difícil, gente... Falem se não é verdade! A gente trabalha de graça porque tem um sonho, um objetivo, um amor pela população da nossa cidade, e depois a gente é maltratado! A gente deveria ser carregado.

Eu queria só falar do nosso espírito público de colaboração para que os conselhos nunca mais fiquem jogados ao tempo como o do Núcleo Bandeirante e outros mais. Fizemos um projeto simples, mas um projeto acolhedor, barato, para que seja introduzido nos conselhos de todas as cidades... Essa aqui fiz para todos os conselheiros, porque acho que é muito triste alguém que trabalha de graça não ter nenhuma morada, um local, um escritório com secretaria para atender a nossa população.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Sr. Valdimir. Nós vamos distribuir uma cópia dessa para cada Parlamentar, vamos entregar também aqui para a Secretaria de Saúde, para os representantes do governo e para todos que vieram a esta sessão. Acho que foi uma excelente ideia, acho que temos de pensar realmente numa estrutura digna para esses conselhos regionais funcionarem.

Concedo a palavra agora à Estela, Conselheira de Saúde da Ceilândia.

SRA. ESTELA KRAUSE – Boa tarde. Eu cumprimento a Mesa na pessoa da Maura, essa mulher guerreira que tem sido tão perseguida por defender o SUS e o controle social. Não diferentemente da Maura, acho que a maioria dos servidores que representam o segmento trabalhador nos conselhos de saúde e têm voz nos conselhos são perseguidos. Isso é muito triste.

Eu pontuei algumas coisas para falar, mas como o tempo é curto, vou procurar não me alongar muito. Quero fazer algumas denúncias nesse espaço e a principal delas é a falta da realização de tomografias nos nossos hospitais. Não sei se é de conhecimento de V.Sas., mas o único hospital que hoje realiza tomografia é o Hospital do Gama. Eu recebi a denúncia de um paciente internado que sofreu um AVC numa quinta-feira e só teve esse AVC diagnosticado na terça-feira; crianças com traumatismo craniano não conseguem fazer tomografia, ou seja, é uma coisa muito grave. Em dezoito anos de Secretaria de Saúde, nunca vivenciei uma situação caótica como a que vivenciamos hoje. A falta de insumos, medicamentos e profissionais é uma coisa absurda e alarmante. O Deputado Wasny de Roure falou dessa portaria da maldade, que é a portaria da retirada das refeições dos plantonistas, que, coincidentemente, foi retirada logo após a aprovação nesta Casa do turno de 18 horas. Ou seja, para quem não entende como funciona, o funcionário pode entrar às 19h e só sair às 13h do outro dia e nesse intervalo ele só vai ter direito a uma ceia, uma sopa.

Então, nós servidores da saúde hoje sentimos todo o desgaste na nossa carne. Estão cortando na nossa carne. Nós temos sido, na verdade, perseguidos mesmo por denunciar algumas situações, ou seja, o programa Estratégia Saúde da Família, que no papel é muito lindo de se ver e de se ler, na aplicabilidade, não funciona.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	
				21	

Eu gostaria de saber da representante da Secretaria de Saúde como se explica um aumento de cobertura em todo o Distrito Federal e uma insatisfação tão grande dos usuários por não serem atendidos.

Para quem não conhece como funcionava o modelo tradicional nas unidades de saúde, funcionava da seguinte forma: havia alguns programas do SUS que eram seguidos à risca, como o pré-natal, CD, grupo de hipertensos e diabéticos, e hoje isso não acontece. Por quê? Criaram as equipes de Estratégia Saúde da Família inconsistentes. O que isso significa? Existem, vamos supor, seis equipes numa unidade básica de saúde, mas nessas equipes só existem três médicos. As outras equipes teriam que cobrir 3.900 famílias, então essas 3.900 famílias ficam sem atendimento. Ou seja, aqueles atendimentos que eram feitos para desafogar os hospitais não acontecem mais.

Quero fazer outra denúncia. Hoje o que é feito é se pedir para se trocar receita sem o paciente passar pelo médico. Que receitas são essas? São receitas de medicamentos de uso contínuo. E o que acontece? Os enfermeiros estão sendo pressionados a fazer a cópia da receita e levar para o médico carimbar. Isso não está acontecendo em casos pontuais, não. Está acontecendo em quase todas as UBS. E eu, como representante do sindicato de servidores de saúde do Distrito Federal, tenho recebido essas denúncias.

Então eu acho que é importante que vocês fiscalizem a maneira que está sendo aplicada a Estratégia Saúde da Família no Distrito Federal, porque virou uma mini-UPA. Não há atendimento nas portas dos hospitais, não conseguem atendimento nas UPAs, porque só atendem vermelho. Ou seja: "Olhe, você está amarelo? Quando você ficar vermelho, que é grave, com risco de morte, a gente atende você. Então, reze para estar morrendo para receber atendimento". É muito triste trabalhar dessa maneira, é desmotivador.

Como o Rubens falou, Ceilândia tem a demanda de um novo hospital, de uma casa de parto, mas hoje a nossa maior demanda é que volte a qualidade que havia anteriormente, que não era satisfatória, mas era muito melhor do que a de hoje em que o paciente dá com a cara na porta.

Se vocês forem às unidades básicas de saúde, voltaram as filas de madrugada, porque eles ficam disputando uma vaga, porque a equipe que tem médico disponibiliza uma vaga para cada equipe que não tem médico. Isso é desumano! Aí, sabem o que acontece? Nós somos os algozes da população, porque nós estamos lá para dizer "não". Sabem o que eu ouvi hoje pela manhã?: "A senhora foi treinada para dizer "não"? Não tem médico? Não tem como trocar a minha receita de remédio controlado? Não tem como marcar o meu pré-natal? Porque o pré-natal é feito pelo enfermeiro e pelo médico. E nós não temos. Eu acho que, antes de ficar falando que a cobertura aumentou, deveriam fiscalizar, irem até a ponta e conversarem com a população e os funcionários para se ver a aplicabilidade disso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	22

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Estela.

Vamos ouvir agora o Thiago Neiva, representante dos Trabalhadores da Mesa Diretora do Conselho Distrital de Saúde.

SR. THIAGO NEIVA – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar meu querido Rubens, a Daniele, o Deputado Ricardo Vale, a Lourdinha, o Yuri, a Maura. Perdoem-me a informalidade, mas é um prazer estar aqui.

Deputado, eu sou Thiago Neiva, médico de família da Secretaria de Saúde e sou representante dos Trabalhadores do Conselho Distrital de Saúde. Lamento que nós não tenhamos um representante de trabalhador conselheiro à Mesa. Eu acho que é uma perspectiva que vale a pena escutarmos, a perspectiva do representante legitimamente eleito pelos trabalhadores, todos no Conselho Distrital, que está legalmente constituído conselho no Distrito Federal como instância máxima do controle social no Distrito Federal.

Meus amigos, eu tenho uma convicção, e nós temos vários conselheiros distritais aqui hoje, e em respeito a eles nós precisamos ressaltar essa convicção. O Conselho Distrital de Saúde, na minha opinião, eu estou lá desde meados de 2011, nunca estive em uma situação melhor. E sabe por que o Conselho Distrital nunca estive em uma situação melhor? Porque hoje existe um equilíbrio muito melhor do que houve no passado.

No passado, a gente sentia uma grande vulnerabilidade dos trabalhadores. Hoje nós temos todos os trabalhadores com voz ativa e consistente dentro do Conselho.

O Conselho de Saúde, na minha vida, nunca teve uma presidente usuária, uma presidente mulher. Nós nunca tivemos isso, e hoje nós temos. Vocês vão se lembrar que os presidentes eram secretários, representantes da gestão. Nós temos hoje uma presidente, uma mulher, e usuária. Isso é motivo de muita honra.

Desde a eleição da Mesa Diretora, continuamos o esforço do Presidente Helvécio Ferreira da Silva, que, na minha opinião, fez uma grande gestão e deve ser muito respeitado e lembrado. Nós nos esforçamos ao máximo para fortalecer os conselhos regionais. Eu desafio todos os conselheiros regionais, todos os presidentes, a dizerem diferente. Sabem por que, meus amigos? Nossa primeira reunião foi com os presidentes dos conselhos regionais. E nós fizemos um compromisso com os conselhos regionais de que nós vamos lutar para que os conselhos regionais tenham mais autonomia, mais respeito com a pauta do Conselho Distrital e do conselho regional. Nós temos prova disso porque nós temos as atas das reuniões.

Recentemente, se não em engano, a primeira resolução do ano foi a resolução que inclusive prorrogava o mandato dos presidentes dos conselhos regionais. Isso é um compromisso. E não é porque somos bonzinhos, é porque tem que ser assim. Nós devemos respeito e valorização aos conselhos regionais. Agora, nós montamos uma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	23

comissão administrativa dentro do Conselho de Saúde do Distrito Federal. Meus amigos, nós temos provas formais de tudo isso o que estou dizendo.

Eu lamento ouvir que o Conselho Distrital está atrapalhando os conselhos regionais etc, eu lamento ouvir isso. Eu quero convidar vocês porque eu acho que está havendo um ruído na comunicação. E sabe qual a melhor solução para isso? Eu, como representante do trabalhador, gostaria de convidá-los a todas as reuniões dos conselhos regionais. Vocês estão convidados. Nós mandamos convite oficialmente a todos. Mas eu quero aqui reforçar o convite, porque daí nós vamos conversar cara a cara e vocês vão ouvir o que nós estamos falando nas reuniões, que são gravadas. E vocês vão ouvir que o nosso esforço é para que os conselhos regionais sejam autônomos, empoderados, e atuem dentro da necessidade subjetiva de cada região. Se há uma necessidade, o conselho tem que ter autonomia e poder para alcançar aquela necessidade.

Conversar cara a cara é a melhor solução. Vocês precisam ouvir de quem está no Conselho Distrital o que está acontecendo e não ouvir de intermediadores, pessoas que estão provocando ruídos e contando histórias que não correspondem à verdade.

O Conselho Distrital de Saúde depende dos conselhos regionais de saúde. Quando existem divisões, isso só enfraquece o controle social. Eu vou mostrar a vocês uma divisão. Nós precisamos da Câmara, precisamos da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Nós precisamos porque o controle social sempre é frágil, é vulnerável. Somos a parte mais fraca desse tripé que sustenta o SUS.

Vejam o título: frente parlamentar em defesa dos Conselhos Regionais de Saúde. O conselho distrital precisa da Câmara, nós precisamos desse empoderamento porque somos frágeis e vulneráveis. Nós carecemos de recursos, carecemos de ajuda para o conselho de saúde funcionar, para o controle social funcionar. Essa frente precisa ser do controle social em saúde do DF, é um apelo que eu faço ao senhor. Ajude-nos a fazer o controle social ser forte, e para ser forte nós temos que atuar juntos, não divididos.

Todos temos diferenças, mas nós precisamos atuar juntos, ou não vamos conseguir prevalecer. Não vamos conseguir fazer a voz do povo se transformar em realidade de política pública, em ação e execução de política pública. Essa foi a minha primeira sugestão, Deputado. É um apelo que eu faço ao senhor. Deputado, eu o conheço, em parte, por ter trabalhado com uma pessoa extremamente querida, o Airton. Airton é técnico de enfermagem e trabalhou na minha equipe. Trabalhamos muito tempo juntos, é uma pessoa maravilhosa. Ele falava muito bem dos seus princípios, da sua luta, da sua obstinação por fazer a coisa pública funcionar. Então, tenho um preconceito muito favorável em relação ao senhor, um preconceito muito positivo. Eu sei que o senhor vai nos ajudar com isso.

A segunda coisa que vou reiterar a todos é: meus amigos, compareçam ao Conselho de Saúde do DF. O conselho não é nosso. Nós somos conselheiros distritais,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	24

mas o conselho é do povo. Se vocês comparecerem, podem solicitar as atas e até as gravações das reuniões. Vocês vão verificar com os próprios ouvidos que nós estamos incessantes e obstinados no interesse de que o controle social funcione em Brasília, não é o distrital. O controle social é todo o controle social em Brasília.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Thiago. Eu só quero esclarecer ao Thiago que o fato de ele não estar na Mesa, ou qualquer outro conselheiro distrital, foi porque essa foi uma demanda trazida para a Câmara, para a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar pelo fórum do Conselho Regional de Saúde. A gente sabe da importância que tem o conselho distrital, mas geralmente quem está aqui no dia a dia desta Casa, procurando os Deputados, são os conselheiros regionais.

Eu sou presidente da comissão de direitos humanos desde o início desta legislatura, e nunca um conselheiro distrital nos procurou para trazer alguma demanda, seja do próprio conselho, do funcionamento do conselho – e o que é pior, na minha avaliação –, seja da situação da saúde pública do Distrito Federal. O senhor falou que o Conselho de Saúde do Distrito Federal, o conselho distrital, está muito bem. O senhor falou dessa relação do conselho com os conselhos regionais, mas não falou nada sobre a saúde do Distrito Federal. Não falou absolutamente nada. Parece que está tudo muito bem.

Eu preciso ouvir por parte do Conselho de Saúde do Distrito Federal como está a saúde, como vocês veem a saúde, se está tudo ok, se não está. A gente precisa, sim. Eu acho que essa mão tem que ser uma via dupla. Aqui somos demandados por todos os segmentos desta cidade, por todas as áreas, seja saúde, educação, segurança, conselhos comunitários, associações comunitárias. Eu, particularmente, como presidente da comissão de direitos humanos, nunca recebi um conselheiro distrital aqui, trazendo qualquer demanda que seja sobre a saúde. Então, eu precisava deixar esse esclarecimento para vocês.

Vamos ouvir agora a Shirlei Couto, Conselheira Regional de Saúde do Cruzeiro, e depois o nosso ilustre amigo de infância, jogador de futebol comigo nos campos de terra em Sobradinho, Aécio Alves.

SRA. SHIRLEI COUTO – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Deputado Ricardo Vale, muito obrigada por nos receber aqui. Eu fico muito feliz por estar aqui, fico feliz de a Maura ter a iniciativa, o Fórum Itinerante dos Conselhos Regionais de Saúde ter a iniciativa de apresentar as dificuldades que estamos tendo dentro dos Conselhos Regionais de Saúde. Nós passamos por diversas dificuldades. Em cada manifestação dos que aqui estiveram presentes se falou um pouquinho, cada um complementou a fala do outro.

Eu gostaria muito de apresentar – aliás, fui contemplada em muitas falas aqui –, mas a Maura já apresentou toda a trajetória do Fórum Itinerante dos Conselhos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	25

Regionais de Saúde – FIRC, que começou em 2014. Eu quero dizer a vocês que o Firc foi justamente formado porque os Conselhos Regionais de Saúde estavam sofrendo, estavam decaindo, estavam sendo sucateados. Alguns conselheiros que estão aqui podem falar a respeito disso. Os Conselhos Regionais de Saúde estavam sendo depredados, os conselheiros estavam sendo humilhados. Essa era a realidade dos Conselhos Regionais de Saúde.

Nós não tínhamos cadeira no Conselho de Saúde do DF. Aliás, eu não sei se vocês lembram, quando um conselheiro sentava à Mesa, era convidado a sair. Mas hoje nós temos, sim, voz no Conselho do DF. Temos voz entre aspas. Nós somos convidados a sentar na Mesa, mas os conselheiros estão saindo de lá com um cala-boca, Deputado. Nós estamos saindo de lá com um cala-boca. Nós somos convidados, sim, mas qual conselheiro quer chegar em uma Mesa e ser mandado a calar a boca? Ninguém quer isso. A dificuldade que nós temos de chegar ao Conselho do DF, numa reunião do Conselho do DF, é justamente esta: quem quer ser humilhado em uma Mesa? Ninguém quer isso, ninguém quer passar por essa situação.

Todo mundo aqui falou a respeito das dificuldades que estamos tendo na Saúde. Os atendimentos dos centros de saúde não estão sendo conforme a população está pretendendo, de serem encaminhados aos hospitais. A gente não tem o atendimento necessário. Não se fala aqui da saúde. Eu tenho visto, tenho entrado em reuniões e estão falando mais em brigas, em picuinhas, do que em saúde. Vamos falar mais de saúde, vamos tentar resolver o problema da saúde, e não falar de picuinhas.

Hoje estamos aqui com o compromisso, nós conselheiros, como controle social, temos compromisso com a comunidade. O Firc foi formado porque nós temos compromisso com a sociedade. Nós reconhecemos que o controle social não se faz sozinho. Nós reconhecemos que o controle social se faz com a participação do povo. É com a participação do povo que nós vamos fazer o controle social, e com a participação do governo. Não estamos aqui contra o governo, estamos a favor do governo. Tanto é que, para isso, nós trabalhamos voluntariamente.

O Firc andou por todas as regionais, caminhou comendo poeira. Nós comemos poeira debaixo de sol, debaixo de chuva, para constituir e fortalecer o controle social, fortalecer os Conselhos Regionais de Saúde. Então, nós temos que valorizar essa instituição, o Firc, como a voz dos Conselhos Regionais de Saúde.

A esta Casa, Sr. Presidente, da Frente Parlamentar, peço que o FIRC seja reconhecido pelo governo. Eu peço ao senhor que o FIRC seja reconhecido pelas autoridades, porque nós trabalhamos em prol da comunidade. Nós trabalhamos para o governo, trabalhamos para o governo, sim.

Eu quero deixar aqui uma reflexão. Hoje, quando eu vejo este plenário, eu me lembro muito do professor Teixeira. O Deputado Wasny de Roure falou aqui que nós somos os loucos. O Prof. Teixeira, o nosso saudoso Prof. Teixeira – não é, Maura –, dizia-nos: "Vocês são uns loucos". E nós somos loucos, sim; nós somos loucos pelo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	26

SUS; nós somos loucos para que a comunidade seja atendida como deve ser atendida. Por isso nós somos loucos. Por isso nós somos perseguidos! (Palmas.)

"SUS de amor eterno seja símbolo, símbolo de comprometimento, fidelidade dos governantes e do povo. E verás que um filho teu não foge à luta. No caso de tempos difíceis e nem tão pacíficos, levantar as armas que temos em prol do povo e não desistir da luta pelos seus direitos. Oh, SUS amado, idolatrado: salve, salve!"

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Shirlei Couto.

Chamo agora o Sr. Aécio Alves, do Conselho de Regional de Saúde de Sobradinho.

Pessoal, vamos tentar ser mais objetivos aqui, senão não terminaremos a plenária às 18h, que é o tempo que temos aqui.

SR. AÉCIO ALVES – Boa tarde e boa noite a todos. Guerreira Maura, eu me lembro. Acho que até tirei foto dos sapatos que nós gastamos para andar atrás do reconhecimento da relevância do conselheiro, como é citada na lei. A lei já cita a relevância do papel do conselheiro! Que relevância é essa que para você vir, descer para cá, tem que ser de carona ou, se por um acaso o gestor estiver num bom dia, tentar ver o que você vai fazer, o que você vai levar de positivo?

Você viu as fotinhas lá, a cabecinha continua branca, mas sentamos à mesa de transição, mostramos ao governo que veio o que nós queríamos, o que nós tínhamos de importância. E falei várias vezes: o gestor inteligente toma o chá das cinco com o seu conselho de saúde, que é o seu guardião, é quem sabe na hora da dor. Quando é meia-noite, o telefone toca: "Conselheiro de saúde, não tem UTI. Conselheiro, o Ministério Público está aqui. Conselheiro, o Tribunal de Contas falou isso. Não tem comida, não tem isso, não tem aquilo!"

Eu acho uma vergonha, em plena Capital do País, um quadradinho menor do que o Piauí, do que o Ceará, 7 bilhões de orçamento ou mais, ficarmos aí mendigando uma saúde de qualidade. Fizemos o gesto simples, como você falou, de criar a regional de saúde de Sobradinho II. Ela veio para o Conselho de Saúde do DF, nunca saiu do papel, e não se ia criar um cargo a mais! Os cargos que estavam lá hoje... A gente teria, como estamos discutindo a questão da UPA, seu funcionamento...

Hoje nós temos um conselho regional de saúde para três cidades com densidade demográfica grande e rincões em que você chega, às vezes, até a cavalo. A minha presidente está aí e não me deixa mentir: a Fercal. Aí você vai quase parar no Goiás e é Sobradinho. Ainda existe "Sobraltina", essa região é metade Sobradinho e a outra Planaltina.

Então, quando a gente fala essas coisas aqui, é porque a gente tem história, velho. Temos uma história bonita! E quando as pessoas falam: "Ah, por que a Câmara

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	27

Legislativa está intervindo?" É porque o Poder Executivo não está dando conta de fazer!

E, para mim, a frente parlamentar veio para ficar, independentemente do Conselho de Saúde do DF querer ou não. Eu falo isso como ex-presidente, como conselheiro. Pode ter certeza de que, mesmo não sendo conselheiro, vou continuar brigando porque a nova geração, a que vai nos suceder, tem esta ferramenta: a frente parlamentar!

Chega de ser humilhado, de ter que pedir um carro para vir fazer isso! A Constituição diz que tem que haver condições, uma estrutura mínima!

Nós estamos lá hoje em Sobradinho... Tenho orgulho de dizer, e eu conquistei, nós conquistamos – eu como presidente e dois conselheiros –, um prédio abandonado que ia ser vendido no Governo Arruda. Hoje o conselho está lá e ainda levou junto a base do Samu, que foi considerada a melhor base do DF, colocamos o PAV, que é o Programa de Pesquisa, Assistência e Vigilância à Violência, um atendimento a vítimas, e está lá. Ficou no papel muita coisa. Dizem que vai sair, vai sair, e não saiu!

E, com certeza, tivemos um pouquinho de voz no Conselho de Saúde do DF quando o Helvécio foi presidente. Aliás, eu tenho a honra de dizer que a vaga do Conselho de Saúde do DF era para mim. Eu a cedi para o Helvécio porque achei que aquele momento era dele. Era um cara que tinha um discurso bom, um cara que fez controle social.

Eu acho que, realmente, quanto à frente parlamentar, não adianta discutir se ela tem legitimidade ou não tem. É um poder ou outro. O Executivo executa lei; o Legislativo faz as leis, e o Judiciário... Abrimos as portas no Tribunal de Contas e eu conheço o Presidente Renato Rainha, a quem a gente tem acesso.

Agora, eu fico observando. Ontem eu estive numa reunião de conselho e fiquei abismado porque o nosso gestor lá falou que, quando o conselho for visitar, tem que falar que vai visitar. É a mesma coisa que eu ter um galinheiro e colocar uma raposa para tomar conta das minhas galinhas! É difícil você fazer... Como é que eu vou vigiar o quê? É complicado.

Parabenizo o Deputado Ricardo Vale. A gente foi amigo de infância e tenho acompanhado o trabalho dele. Ele não é Deputado de Sobradinho; ele é Deputado do Distrito Federal. O que dói em Sobradinho, dói no Paranoá, dói no Gama, dói em Ceilândia.

Tivemos um enfrentamento brutal com Planaltina no sentido de debater. Queriam tirar nossa pediatria. Nós fomos lá, éramos três; eles foram na época lá, eram 15 ou 14, e queriam levar a nossa pediatria. Tipo assim: pegar o famoso sapeca negrinho, pega um cobertorzinho aqui, puxa para as pernas e outro fica de fora. Não foi e não vai. Hoje nós temos o nosso bloco materno de primeiro mundo, inauguramos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	28

agora a nossa hemodiálise também boa, há avanços, mas ainda temos que melhorar mais.

A única coisa que eu peço, Deputado, é que realmente se cumpra só isto: o art. 215 da Lei Orgânica. Nós existimos de fato e de direito. Antes, nós não tínhamos nem organograma. Conseguimos colocar organograma nos conselhos regionais. Então, o gestor tem que saber o que é um conselho. Há gestor que acha que nós estamos fazendo favor, que a gente é chato, que é politiqueiro. Existe muito isso.

Eu sou concursado, servidor de carreira, não sou comissionado, passei na prova, ralei, cheguei onde cheguei. Vou fazer agora 25 anos de carreira. Já respondi a PDAs por atuar como conselheiro, não tenho vergonha de dizer. Respondi a dois PDAs e em todos os dois fui absolvido por minha conduta.

Vou concluir. O senhor está de parabéns. Eu vou ser um defensor da frente parlamentar em quaisquer outros órgãos em que criarem controle social, assim como na saúde, na segurança. Nós somos tão bons que estamos dando exemplo para a segurança. Vai ser criado o Serviço Único de Segurança Pública – SUSP, agora, no modelo do SUS.

Então, a gente, realmente, é merecedor de estar aqui hoje. Eu quero dizer que realmente a frente parlamentar, esta Casa do Povo tem que olhar com carinho para os abnegados. Eu digo, os sacerdotes. Às vezes, botam as placas, são iguais a fantasmas: ninguém vê. Mas para inaugurar uma obra, o conselho brigou lá atrás, toda a política para inaugurar, mas, na hora de botar a placa, às vezes, o conselheiro nem é convidado: “Não, conselheiro não pode entrar não. Aqui é só para as autoridades”. Então, como a gente não é autoridade póstuma, a gente é fantasma, trabalha na retaguarda, mas a gente dá resultado e, se olhar, eu tenho DNA em Sobradinho: temos a segunda maior UPA, temos três CAPs funcionando precariamente, mas as coisas estão funcionando. Então, quando eu passo por lá, eu fico orgulhoso.

E não recebo jeton de 10.500, de 10.700, como conselheiro do tribunal, não sei de onde está recebendo esse dinheiro. A gente não tem 1 real para pagar a passagem, não tem vale-transporte, não tem auxílio. É carona.

O menino já ligou querendo nos levar, não é chefe? Está querendo saber a que horas vamos sair. Então, é brincadeira.

Mas eu voltei. Fiquei um tempo afastado, mas a minha cidade... eu amo minha região serrana. São três cidades que olho com carinho: Fercal, Sobradinho II e Sobradinho.

Em breve, Deputado, o senhor vai fazer essa junção para a gente criar a Regional de Saúde de Sobradinho II. Passou da hora, porque são 3 cidades para um conselho olhar sem estrutura. Então, acho que se criar a Regional de Saúde de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	29

Sobradinho II não vai haver gasto quase nenhum, serão poucos carros e pessoas para fazer a atenção primária de primeira. Realmente, voltar a ser a atenção.

Hoje, nós nos denominamos andarilhos da saúde: anda-se muito para ter que ser assistido. Eu tenho que andar 2,5 km ou mais para ser assistido. Eu que não tenho plano de saúde, o meu é o SUS. Eu pago R\$ 500 reais ou, então, pago R\$ 2,50 e vou a pé 2 km para eu ser assistido. É assim.

Lá tem uma área abandonada, um posto da Polícia Militar que a PM abriu mão, não quer. Eu já falei com os gestores, pedi e falei assim: "Gente, façam a gestão junto à Secretaria de Segurança que não quer mais o posto, dá para fazer uma unidade de básica de saúde". Mas preferem pagar aluguel, atrasam 4, 5 meses. É brincadeira.

Então, está bom, gente. Eu agradeço. É porque eu fiquei um pouco de tempo afastado. Eu acho legal esse *glamour* que dá na gente. A gente ter visibilidade. Mestre Luiz, parabéns. Concordo com você na plenária: estamos juntos e misturados. Viva o SUS! Viva a democracia! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Aécio. (Palmas.)

Concedo a palavra ao Sr. João do Violão, Presidente do Conselho Regional de Saúde do Paranoá.

Depois passarei a palavra à Sra. Idalina Cruz, do Conselho Regional de Saúde de Brasília.

SR. JOÃO DO VIOLÃO – Eu queria, desde já, agradecer pelo convite da Frente Parlamentar para esta plenária hoje para falarmos um pouco da saúde e dos nossos conselhos regionais.

Mas antes eu não poderia deixar de agradecer principalmente a três pessoas que foram fundamentais na questão do despejo do Conselho Regional de Saúde do Paranoá. Há um ano e meio já havia essa sinalização, Deputado, a do despejo do Conselho de Saúde sem uma discussão, sem nada, a sinalização de jogar o conselho em qualquer localidade, sem funcionamento. Eu fui para o pau mesmo! A coisa foi feia!

E eu quero agradecer à Frente Parlamentar, quero agradecer à Maura, que, quando eu a procurei, também já entrou em contato com o Ricardo – o Ricardo esteve lá também. E uma das pessoas fundamentais também na questão do não despejo do conselho – além do nosso conselho do Paranoá e do presidente, brigando lá dia e noite para que isso não acontecesse – foi a nossa Presidenta do Conselho do Distrito Federal, que esteve lá presente e foi à superintendente, na direção do hospital, e com menos de duas horas nós resolvemos a situação.

Quero dizer que nós hoje temos uma sala praticamente completa. Falta apenas a secretária. Mas nós temos já duas linhas de telefone, temos internet funcionando, temos cadeira, temos mesa para atender às pessoas. Uma luta nossa, com a parceria

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	30

de vocês, deu resultado. Os gestores – principalmente os nossos gestores do Paranoá – acham que o nosso conselho é inimigo deles! Nós não somos inimigos de ninguém! Nós somos defensores dos nossos usuários, e eu os defendo.

O conselho tem trabalhador, tem usuário e tem gestor, mas infelizmente os gestores não entendem, não sabem o que é o Conselho Regional. E há perseguições realmente com trabalhadores. Nós tivemos em 2016, em 2017... Nós tivemos uma conselheira que teve problemas seriíssimos de saúde por perseguição. Esse conselho não abre mão de lutar em defesa do usuário, em defesa do cidadão.

Então, eu quero – ouviu, Lourdinha? – agradecer a vocês por isso. E vamos fazer aquela reunião que o Conselho do DF, na última reunião, ficou de marcar com a superintendente e com o diretor do Hospital do Paranoá. Que a gente possa sentar e resolver algumas pendências que não são respeitadas em nível de aprovação do Conselho do Distrito Federal.

Eu, como usuário, nunca vi a saúde do Distrito Federal tão ruim quanto agora na gestão deste governador – que eu ajudei a eleger! Eu tenho uma culpa desgraçada nisso, viu? Sim, porque eu fui para a rua. Durante três meses fiz campanha para o governador – esse Agnelo II, meu amigo de tanto tempo, de dentro da minha casa! E ele chegava nas festas, ia até a enterro de cachorra lá no Paranoá! É! Perna quebrada! E hoje ele não conhece mais as pessoas. Eu disse a ele esses dias! É muito triste ver uma pessoa dessa fazer o que está fazendo com o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Conclua, João.

SR. JOÃO DO VIOLÃO – A outra coisa que quero dizer – só para encerrar – é que está havendo agora a contratação de profissionais. Parece que são 1.050 profissionais. Eu queria saber da nossa representante da Secretaria como é que vai ser essa distribuição. Como vai ser essa distribuição para o Distrito Federal, para os hospitais, para as unidades básicas de saúde?

E outra coisa também: a saúde melhorou 100%. Vocês estão vendo aí as inserções na televisão de que o governo – a Secretaria de Saúde – está dizendo, a toda hora, que a comunidade pode procurar as unidades básicas de saúde e que os casos graves serão encaminhados às emergências dos hospitais. Isso não está acontecendo no Paranoá, e acredito que também não o esteja nas demais regiões também, nos conselhos e nos hospitais das cidades satélites. Não é verdade?

Então, muito obrigado.

E estamos juntos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra à Sra. Idalina Cruz, do Conselho Regional de Saúde.

SRA. IDALINA CRUZ – Boa tarde a todos. Vou ser rápida. Vou me restringir a dois pontos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	31

O primeiro é em relação à fala do Dr. Thiago Neiva, que falou que o Conselho do DF é um espaço de fala. Olha só: eu não sou conselheira de saúde, sou secretária administrativa do Conselho de Saúde de Brasília, e eu frequento as reuniões desde o ano passado, e esse espaço de fala que ele citou eu não tenho!

Na semana passada mesmo, quando eu fui falar, acompanhada do meu presidente, a mesa diretora disse que eu não poderia falar. Houve até um murmúrio daqueles que estavam presentes, e acabaram me cedendo a fala. Então, essa parte aqui eu contesto. Eu contesto de imediato! Não há espaço de fala, porque, se houvesse espaço de fala, ele seria franqueado a todos, e não a uns e outros.

Havia uma pessoa lá que era conhecida, e a palavra foi franqueada a ela, mas, para mim, foi criado um obstáculo. E tem muita gente aqui que estava presente e presenciou isso tudo.

O outro ponto que quero citar é em relação ao conselheiro gestor. O conselheiro gestor é indicado pela Secretaria de Saúde – isso é função dela. Mas, dentro do conselho, ele tem de seguir as regras que estão no regimento do conselho. Acontece que o conselheiro gestor – no meu caso, a superintendente da minha região – entrou na sala do conselho, esvaziou a sala, despejou-nos da sala, retirou os móveis, acabou com a sala do conselho! E também me retirou de lá e me removeu para outro lugar. Acontece que ela continua como gestora – isso é problema da Secretaria de Saúde! Como é que uma gestora e conselheira do Conselho de Saúde, diante de uma atitude dessa, que é contrária à existência do conselho, pode permanecer como conselheira de uma coisa em que ela não acredita?! Se ela tem uma atitude como essa, é porque ela não acredita no conselho de saúde! Então, não tem de estar lá! Pode ser gestora, mas não pode ser conselheira de saúde!

Então, é isso que quero trazer. Estou falando aqui porque este espaço de fala, que eu queria ter dentro do conselho, eu não tenho! Vou aproveitar este espaço aqui para falar isso! É preciso rever essa questão do conselheiro gestor! O que é atribuição da secretaria é atribuição da secretaria; mas, se ele está dentro do conselho, respeite o conselho, respeite a existência do conselho!

É só isso, muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Idalina.

Concedo a palavra ao Sr. Enóquio Sousa, Presidente do Conselho de Saúde do Gama.

Depois vou chamar a fazer uso da palavra o Sr. João Cardoso, Presidente do Sindicato dos Técnicos em Enfermagem.

SR. ENÓQUIO SOUSA – Boa tarde a todos e a todas. Eu vou ser bastante sucinto, democraticamente, para que todos tenham oportunidade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	32

O Conselho Regional de Saúde do Gama, estou vendo aqui, tem duas vertentes: a questão do relacionamento com o conselho e a melhoria da saúde. Vou me ater um pouco à última. Dizer que a saúde do Distrito Federal está com um problema é cantar, é chover no molhado. Lá, nós estamos trabalhando em uma questão mais proativa, como de que forma o conselho pode ajudar. Eu sou usuário, estou do outro lado do balcão, eu recebo a mercadoria que vocês nos passam. Eu tenho a visão para melhorar essa saúde, eu também não tenho plano de saúde, a gente usa o SUS – Sistema Único de Saúde. De vez em quando, o meu pessoal está lá naqueles hospitais, e eu também. Nós estamos fazendo um trabalho de pedir realmente à Secretaria de Saúde que nos ajude. Nós conseguimos formular alguns projetos para a melhoria do hospital. A gente tem, inclusive, conversado com a gestão, com a Daniele, que representa aqui a secretaria, porque, quando chega na SINFRA – Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde, a coisa para.

Nós temos três grandes projetos, inclusive o de um aparelho, com muita luta. Todos sabem como esse conselho luta indo atrás de emenda parlamentar, correndo atrás. Inclusive, essa frente aqui é de extrema importância, porque é mais um canal de luta para que a gente consiga melhorar a saúde do Distrito Federal. Ninguém está aqui querendo que ela piore, pelo contrário. A nossa luta é para que ela, realmente, seja melhorada, porque do jeito que está não pode mais ficar. Sobre esses projetos, nós temos conversado lá, inclusive vou dar um dado aqui bem emblemático a respeito dessa questão do aparelho para fazer cirurgia de catarata nos nossos idosos no hospital. Conseguimos a verba, já está no fundo de saúde, mas precisa sair essa licitação lá, porque ela é de extrema importância. Há médico oftalmologista lá, até certo ponto, ocioso, precisando desse aparelho que a gente não conseguiu ainda. A secretaria precisa ser um pouquinho mais ágil nessa questão.

Há a polêmica, de vez em quando, estamos na mídia, porque brigamos muito lá, como a questão da pediatria do Gama, que já estava fechada há um ano e quatro meses. Há um ano estamos pedindo qual é a política de saúde para a região sul. A gestão nos apontou essa sugestão de tornar o Santa Maria um grande centro materno-infantil e tornar o Gama como se fosse um hospital de base, politraumatizado, em linhas gerais. E a gente disse: façam, porque queremos que façam, daí deu essa polêmica toda. Imediatamente o nosso conselho se reuniu com o de Santa Maria e criamos um grupo de trabalho. Queremos trabalhar juntos, Gama e Santa Maria, não dá para ser um Fla x Flu, não vamos entrar nessa, vamos trabalhar juntos, fazer um grupo de trabalho, inclusive sugerimos que houvesse um auditor do Tribunal de Contas para que a questão seja mais técnica e saia da raia do apaixonado: Gama x Santa Maria, porque isso não vai nos levar a nada. Temos de trabalhar na linha, realmente, de uma questão mais técnica.

Outra coisa, a questão do nosso CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, deem uma força, porque o Gama está precisando e não tem um Caps. A saúde já nos procurou, assim como o conselho tutelar, porque esse Caps precisa ser, de imediato,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	33

construído no Gama. Nós temos uma audiência pública, inclusive com o Deputado Ricardo Vale, mas uma pessoa da DISAM – Diretoria de Saúde Mental diz que não, que vai esse ano sair o Caps no Gama, mas até agora não, e precisamos melhorar. Estamos em uma linha bastante proativa. Partimos do princípio de que todas as coisas, se são para melhorar o conselho, são bem-vindas.

Para finalizar, sobre a questão do Conselho de Saúde do Gama, sobre os conselhos regionais, no Distrito Federal é diferente de tudo. A gente vai às conferências nacionais e vê que a relação, por exemplo, que o presidente do conselho do Novo Gama tem com o prefeito é uma coisa, mas a nossa relação com o administrador não existe. Precisa melhorar isso, e a frente tem um papel importante de mexer na Lei Orgânica para melhorar essa relação, senão vai ficar esse banguê-banguê. Às vezes, a gente está apanhando no conselho e não sabe nem por quê. “Ah, porque foi decidido no conselho”. Aí o pessoal acha que foi no conselho regional. Não foi. Foi no Conselho do Distrito Federal. Então, realmente a gente precisa dar uma melhorada nessa relação. Eu acho que é questão de legislação.

Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Enóquio.

Concedo a palavra agora à Sra. Eliana Nunes, do Conselho Regional de Saúde de Brazlândia.

SRA. ELIANA NUNES – Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar a todos da Mesa e também agradecer a oportunidade na pessoa do Deputado Ricardo Vale. Muitos outros Deputados já deram apoio à nossa frente parlamentar e aos conselhos regionais. O Deputado Wasny de Roure, que estava aqui no começo, visitou o Conselho de Saúde de Brazlândia. Ele foi à nossa sala para saber qual era nossa demanda, qual era nossa estrutura. A Deputada Celina Leão foi à nossa sala do conselho de saúde saber o que estava acontecendo. Ela quis ouvir do conselho de saúde o que poderia ser feito em Brazlândia e o que poderia acontecer, porque ela confia e acredita que o conselho de saúde é o órgão fiscalizador instituído para fazer o serviço. Diferente da Secretaria de Saúde, porque, há três meses peço uma reunião com o Secretário de Saúde. Mandeí SEI – Sistema Eletrônico de Informação, *e-mail*, falei pessoalmente, mandei através do Conselho do Distrito Federal..., mandei através da Daniele... Solicitei uma oportunidade de conversar sobre a saúde de Brazlândia e, até hoje, nada.

Uma coisa agravante. Quando um gestor fala, ele aparenta que a secretaria está ótima porque acredita nas mudanças que fez. Eu não acredito que todas as mudanças tenham sido ruins. Acredito que a Portaria nº 386 é boa, legaliza o lugar de cada paciente, mas acredito que a estrutura tem que ser olhada antes de instituir uma portaria, antes de você dizer: “Vai funcionar desse jeito? A sua cidade tem condições que funcione desse jeito?”. Não adianta instituir organogramas, planilhas, demandas, quando você não tem estrutura para atender aquela demanda. Aí, quem sofre? O

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	34

paciente. Quem morre? O paciente. Quem sofre? Quem precisa do SUS. Não conheço nenhum gestor que usa a porta do pronto-socorro público.

Então, a gente precisa entender que quem conhece a demanda, quem pode dizer que isso aqui vai funcionar na minha realidade é o conselho de saúde. Onde existe um conselho instituído, onde existe um conselho de saúde legalizado? Na hora de penalizar, de fazer um PAD – Processo Administrativo Disciplinar –, de fazer uma perseguição, a gente está lá. Fomos nomeados, vamos responder judicialmente por ali. E aqui a gente tem várias provas. O João do Violão recebeu uma nota de repúdio nesta semana, um conselheiro que é um ícone para a gente. A Maura responde a tantas vezes um processo. É um ícone para a gente na luta. Quer dizer, na hora de ser punido, nós somos conselheiros; na hora de deliberar no nosso conselho, a gente não é escutado. (Palmas.)

Quero falar de uma coisa muito grave que está acontecendo. Hoje, na secretaria, não existe fita de glicemia nem dentro da UTI. Fita de glicemia salva vida de uma pessoa em cinco minutos. Se eu souber que a glicemia dela está baixa, dou duas ampolas de glicose e, em dois minutos, ela melhora. E, se eu souber que aquela glicemia está alta, eu aplico uma insulina e, em cinco minutos, o paciente está bom. Mas, se eu não sei, eu vou entubar aquele paciente. Ele vai usar uma adrenalina naquele paciente. Hoje a gente não tem nem para criança da pediatria nem para o adulto que entra no pronto-socorro nem dentro da UTI. Se quiserem provas, a gente abre um prontuário agora de um paciente. Eu posso mostrar. Não tem. E isso é grave. Não temos soro. Há anos não temos reagente de PSA, há anos não temos reagente de hormônios para gestante. Há anos. A secretaria está ótima? Está melhorando? Está boa demais? Para quem? Para quem tem convênio, porque no SUS não está bom. Não está melhorando, e o conselho está gritando, está falando e não está sendo escutado. A gente delibera dentro do nosso conselho, e o gestor está lá. Perde no voto, a gente registra em ata e nada! Por quê? Porque ele vai continuar fazendo o que quer, fazendo o que acha, o que pensa que é certo, o que ele estudou, porque ele é muito estudado e muito inteligente – e isso é mesmo. Todos da gestão são muito técnicos, muito inteligentes e vêm com uma teoria boa, mas a gente não tem estrutura para fazer o que é bom. A gente tem que ter o remédio. A gente tem que ter o hormônio. Não adianta ficar inventando um milhão de portarias impedindo todo mundo de fazer o que sempre foi feito, pelo menos fazia: o socorro primário. Agora a gente não tem nada.

Falam na televisão que há 86% de cobertura no PSF – Programa Saúde da Família. Que lindo! Lindo para quem? Vamos lá agora para ver se alguém vai ser atendido lá na porta! Hoje há mais de cinco equipes em Brazlândia que não têm médico no PSF. Aí mandam quem atender? O agente comunitário, que estão agora querendo tirar também?!

Eu quero agradecer aqui a presença de uma agente comunitária do meu conselho de saúde, a Elenice. E também a presença do usuário porque o nosso

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	35

conselho é unânime e a gente está na luta para defender o SUS – Sistema Único de Saúde.

Venho a esta Casa pedir o apoio jurídico. Esta é a minha deliberação de hoje, o apoio jurídico para que a gente não sofra assédio moral, para que a gente não sofra retaliação, para que a gente não fique na mão de gestor que ameaça o usuário, o trabalhador e o conselheiro, que coloca a gente no bolso porque tem um monte de palavras bonitas. A gente precisa de um apoio jurídico, e esta Casa pode nos ajudar formando uma base jurídica, que qualquer conselho regional possa vir a esta Casa procurar um apoio jurídico.

A segunda deliberação é acatar as nossas deliberações. Poderia sair desta Casa, segundo a frente parlamentar, uma deliberação para a Secretaria de Saúde que, se o item passou em ata, foi votado em conselho, o conselho está regularizado, foi feita uma deliberação, esta tem que ser cumprida.

A terceira é a estrutura física e financeira. Os conselhos precisam disso. Está na legislação. O Secretário que está – não só esse do momento, mas os outros também – cumpre isso se quiser? Como é esse tipo de lei que “cumpre se quiser”? Está na lei.

A Secretaria de Saúde é responsável por instituir a instituição física para o conselho regional. Quem consegue? Hoje a gente consegue, isso eu tenho que falar... O conselho do Distrito Federal tem tentado estruturar e também colocar uma secretária para cada conselho regional, mas a gente precisa que isso seja mais claro. Mandem daqui, da frente parlamentar – se precisar, todos os presidentes de conselhos vêm assinar –, um o documento dizendo que a gente precisa da estrutura, que a gente precisa do telefone, que a gente precisa que um carro traga a gente para a reunião do Conselho do DF e que haja uma cadeira para os presidentes das regionais dentro do Conselho do DF, não só para ter voz, mas também para ter voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigada, Sra. Eliana Nunes.

Desejo registrar a presença do companheiro Deputado Chico Vigilante.

Chamo, agora, a Tereza de Fátima, representando os trabalhadores de Saúde do Paranoá.

SRA. TEREZA DE FÁTIMA – Vou abrir mão da fala porque já fui contemplada pela fala da colega aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Chamo agora o Simões, Conselheiro Regional de Saúde de Taguatinga por três minutos. Faltam três depois do Simões.

SR. JOSÉ SIMÕES – Boa tarde. Cumprimento toda a Mesa.

É para ser bem rápido. A minha fala aqui é no sentido de pedir à Câmara Legislativa que verifique essa questão do que está sendo dito pela gestão, o que está propaganda governamental: que está tudo bem, que existe isso, existe aquilo, que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	36

melhorou. Que fossem ouvir, por exemplo, o que me passaram no meu WhatsApp. É uma pessoa dizendo que chegou transferida de uma unidade básica ao HRT – Hospital Regional de Taguatinga – e não havia médico. Mandaram a pessoa voltar para a UPA, não havia médico e alguém mandou-a voltar para casa e esperar até ver se apareceria médico.

Quer dizer, não há essa questão do funcionamento da Saúde, todos nós aqui sabemos disso, é uma balela. É lindo na teoria, que está funcionando, mas não está funcionando. Então, nós temos que ver aqui realmente como está funcionando isso.

O usuário chega à porta do hospital e não é atendido. Só atendem vermelho e olhe lá, se houver médico, porque essa aqui era vermelho, não havia médico e ela voltou para casa. Isso foi lá no Hospital de Taguatinga ontem à noite. Aí, vai para a unidade básica, não há médico, volta para casa. Vai para onde? Não tem para onde ir, só se for para o cemitério! Esse discurso fácil de berolas, de fato, não está funcionando.

Depois, há a questão do autoritarismo, que é isso que já foi falado aqui muitas vezes. As gestões das regionais, os gestores, de forma geral, praticam o autoritarismo. É preciso verificar essa questão das portarias. Há um monte de portaria que aparece aí de uma hora para outra, ninguém sabe de onde é que saiu, de um gabinete. Aí, tem que fazer porque existe a portaria tal. Gente, a gente sabe que a portaria não está funcionando, ela não está dando certo. Quando a gente vai ao médico e pede um remédio, pede uma receita, a gente toma aquele remédio. Se funciona, muito bem. Se não funciona, a gente volta ao médico e pede para trocar a receita.

A portaria não está funcionando. O que tem que fazer? Trocar a portaria. Se for o caso, trocar o gestor, porque não está funcionando. A Câmara Legislativa precisa agir nesse sentido. Não está funcionando a portaria tal, não dá para fazer assim. Não funciona, não tem estrutura, não tem pessoa, não tem nada para fazer aquilo funcionar, então não adianta baixar a portaria se não tem estrutura, se não tem condições de funcionamento. É preciso que haja esse compasso, essa coisa de é a portaria tal? Muito bem. É para fazer? É. É lei? É. É função do gestor? É. Tem condição? Então, como você está dizendo que vai fazer uma coisa se você não tem como fazer? Vamos acabar com isso. Ou vamos ter gestão séria, ou, então, acaba com isso.

Outra coisa: conselho gestor e conselho de saúde existem numa lei, e os gestores estão querendo desorganizar. Eles estão querendo “desreconhecer”, ou seja, fazer de conta que o conselho não existe. Então, mande acabar com a lei. Ou, então, faça uma lei para acabar com os conselhos, porque, já que não é para atender o que o conselho está dizendo, que não haja conselho. Mande criar uma lei que extinga os conselhos. Ou se respeita os conselhos, ou vamos extinguir isso logo de uma vez. Para ficar aí de boneco, gastando meu tempo, meu combustível para vir aqui e servir de palhaço, servir de bonequinho, isso não funciona.

Câmara Legislativa, por favor, dê um jeito nisso. Ou se respeita, ou nós não vamos chegar a lugar nenhum. Obrigado. (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	37

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – O Estevão Reis, representante da Deputada Celina Leão, já foi embora, pelo que eu estou vendo aqui. Há o Clayton e a Tiana.

Concedo a palavra ao Sr. Clayton Silva, que é do Movimento Pró-Saúde Mental. Três minutinhos, Clayton.

SR. CLAYTON SILVA DE SOUZA – Em primeiro lugar, boa tarde aqui para vocês. Eu vim aqui neste instante colocar uma situação gravíssima que está ocorrendo não só dentro do conselho distrital, de Brasília, Distrito Federal, como nesses conselhos regionais. A nossa Constituição deixa bem claro, no art. 199, que a comunidade – os usuários do sistema da saúde pública – tem que participar do processo eleitoral. Não somente os usuários, todos os profissionais da rede têm que participar dessas eleições.

O que acontece? Tanto no conselho distrital quanto nos conselhos regionais não existe um processo eleitoral transparente para dizer assim: "Como você vai participar dessas eleições aí no momento?" Isso não acontece. Eu queria que vocês desta Casa aqui fizessem, sei lá, uma inspeção dos editais, quando é lançada a concorrência, para todo mundo concorrer de forma leal, porque a Lei Orgânica recepcionou a Constituição Federal e não se pode ferir a Constituição em determinados atos, entendeu?

Eu gostaria de saber o seguinte: Samambaia teve uma eleição fraudulenta no conselho. Os usuários queriam participar dessa eleição e nem eleição teve lá. Eles dão um jeito de colocar as pessoas no conselho de uma forma que a gente não sabe quais são os critérios que eles colocam. Não chamam a comunidade. Não chamam a sociedade civil organizada para concorrer com eles. Fica parecendo que os conselhos são cabides às vezes, sei lá, de um apadrinhamento político. A gente tenta convocar essa secretaria que está aqui para resolver a situação, e eu me pergunto: onde está a Secretaria de Saúde hoje?

O Conselho de Saúde do Distrito Federal deixou na mão o ISM – Instituto de Saúde Mental dizendo que não ia entrar no mérito do que a DISAM – Diretoria de Saúde Mental ia colocar no plano diretor. Isso é gravíssimo. Tem que chamar a população, a sociedade civil organizada para construir junto o plano diretor do Distrito Federal. Eu queria saber onde está o Conselho do Distrito Federal quando se trata desse plano diretor. Esse plano diretor do Distrito Federal é uma afronta à saúde pública, entendeu? É uma afronta à Constituição brasileira. Eu queria saber desse conselho aqui, dessa secretaria que se diz representante do povo, por que eles ficam se escondendo. A gente, como Movimento Pró-Saúde, quer conversar com esse secretário de saúde há muito tempo.

Esta Casa aqui... Nem o Deputado Ricardo Vale consegue colocar essa Secretaria na Mesa, para discutir esse plano diretor. Isso é gravíssimo! Eu queria, como nota de repúdio, que o senhor convocasse essa secretaria para dar explicações sobre

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	38

esse plano diretor colocado pela Sra. Gisele de Fátima, juntamente com esse secretário.

Eu gostaria, Deputado Ricardo Vale, que o senhor olhasse isso com carinho, convocasse essa secretaria para conversar com os movimentos organizados, com a sociedade civil, mudasse a política de eleição e cumprisse só o que está na Constituição. Que as pessoas entrem no conselho de forma democrática, eleitas pelo povo! Abra conselhos de saúde em todas as regionais! Que esse conselho de saúde que existe aí, do Distrito Federal, respeite a autonomia que têm os conselhos regionais. Abra a porta para cada um e escute a indignação deles! O conselho não pode se perpetuar no poder. Ele tem que abrir eleições para todos os usuários, para todos os familiares da saúde mental e para todos os profissionais, de forma igualitária, conforme aquilo que a Lei Orgânica recepcionou em relação à Constituição Federal. Sejam transparentes com o processo eleitoral! É o que peço a vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Muito obrigado, Clayton.

Concedo a palavra à Sra. Sebastiana Gaioso da Cruz, do Conselho Regional de Saúde de São Sebastião, e, por último, à Vanda, que é do Conselho Regional de Saúde do Guará e vai fazer uma pergunta aqui.

SRA. SEBASTIANA GAIOSO DA CRUZ – Boa tarde a todos; boa tarde à Mesa! Sou a Tiana, Conselheira do Usuário de São Sebastião e estou aqui hoje para ver o que está acontecendo. Tínhamos um presidente que deveria estar aqui. Ele estava aqui, mas, como é do Governo, da Casa Civil... Era o nosso presidente, já acabou o mandato, mas ele vai continuar, porque hoje entregamos um documento para não haver eleição no conselho e para ser publicado. Deve ser publicado hoje e tudo. Ele tinha que falar das nossas necessidades, mas se levantou e foi embora. É o Sr. Luiz Foguete. Fiquei indignada. Achei que ele ia falar alguma coisa das nossas necessidades, da nossa Cidade de São Sebastião, mas não.

O que está acontecendo? São Sebastião... (Falha na gravação.) ...dentro da administração. Uma sala que nos foi dada há dez anos. Está lá. A chuva veio e acabou com tudo. Tivemos uma emenda de cinquenta mil, mas foi tirada. Não foi feito nada. O que aconteceu? As portas todas se arrebentaram, o computador – um que tinha lá – quebrou e virou aquela bagaceira. Ele era o presidente, e nada foi feito.

Eu, como uma conselheira, moro na minha cidade há 31 anos. Estou dentro desse conselho, trabalho por amor, fui a todos os comerciantes e consegui, nesta semana, todo o material: telhado, cerâmica, vaso, porta, tudo. A partir da semana que vem... Convoquei os novos conselheiros, que são pedreiros, eletricitas, para ajudarem a refazer aquilo. Fica dentro da administração. O que eu pedi ao administrador? Que me desse uma porta. Ele disse assim: "Vou tentar lhe dar areia e o cimento." É assim que somos tratados.

Então, nós vamos fazer a reforma do nosso conselho. Com fé em Deus, até o final deste mês, haverá a posse dos 32 novos Conselheiros, porque eu estou

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS		
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	39

incansável. Eu tomei a frente – era papel do presidente –, para ver se as coisas acontecem dentro de São Sebastião.

E outra coisa: estamos com dez equipes dentro da UBS 1. O que aconteceu? Entregaram o TRE de São Sebastião para colocarem três equipes e até hoje não tiraram essas meninas lá de dentro. Uma está em uma sala dentro da UBS, onde só cabem ela e um paciente. Eu gostaria que vocês fossem lá, para ver, porque não nos adianta mais chamar gestora ou superintendente para dar uma olhada. Eu pergunto para a Danusa: quando vão fazer aquela obra do TRE? Lá, nem precisa fazer obra; temos quatro salas; dá para colocar duas equipes de emergência. Um segurança está sendo pago para estar lá noite e dia. O TRE está supimpa. Por que não dão para a comunidade? A comunidade precisa.

Outra coisa: falam que nós temos uma cobertura de 90% em São Sebastião. Não temos, não. Sabem como o usuário chegava dentro da UBS? Adivinhem! Dizem que é emergência, porque na UPA falam que não podem atender crianças. Mas só atendem três fases lá. Na UBS, atendem o verde, de emergência, mas só durante o dia. E à noite, quando nossas crianças adoecem e temos que ir ao Paranoá? Elas estão tirando tudo de São Sebastião e levando para o Paranoá. Tudo é no Paranoá. Tentaram tirar, nesta semana, o nosso laboratório. O Conselho foi para cima, e chamamos carro de som para a rua. É assim que estamos batendo nelas. Elas estão fazendo de nós brinquedos dentro da nossa cidade. São os gestores. E, lá, um dos funcionários foi afastado porque estava brigando com o gestor; uma das nossas técnicas de enfermagem foi afastada dois meses. A Dona Danusa a chamou ela e disse que, se ela não parasse de bater em cima da gerente, dentro da UBS, estaria afastada. A menina ficou doente! É uma conselheira brigona, como eu, Tiana, dentro de São Sebastião.

Eu quero, gente, pelo amor de Deus, que vocês procurem resolver o problema do TRE antes de começar a política, porque diziam que não tinham dinheiro. Tinham. Dizem que foram dados R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para ser feita essa reforma, já faz seis meses e nada. Tivemos agora esse negócio da eleição e foi um desespero. O pessoal saindo de São Sebastião e indo para o Lago Sul, outro TRE, que está pintado, lindo e maravilhoso. A coisa mais linda do mundo!

É isso que eu tenho a dizer, gente. Estou aqui indignada, porque o nosso Presidente é um homem do governo e não vai falar nada. Então, digo a vocês, que estão perto do Secretário: chamem as suas gestoras do Paranoá e tenham uma conversa com elas, a Danusa e a Fabiana, para que ajam e corram atrás das coisas para a nossa cidade e não deixem as coisas se acabarem. Queriam tirar o protocolo nesses dias, fomos para lá, fizemos uma reunião às pressas e Dona Maria nos falou: "Vocês estão fazendo politicagem." Eu disse: vocês vão tirar um patrimônio que temos aqui. "Ah, mas está tudo equipado, já tem internet." Não tinha internet. Disseram que tinha nas outras unidades, mas não tinha. Como é que iam tirar um patrimônio que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	40

fica ali na entrada, o Barradas, que já está ali há 25 anos, marcando exame, fazendo tudo? Iam tirar o cara! Já chegaram com um papel na mão, pregando-o na porta!

Então, é isso o que tenho a dizer. Desculpem, gente! Eu fiquei assim... Eu achei que ele ia falar alguma coisa, mas não falou. Então, estou aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado e parabéns!

Só uma notícia boa aqui. Notícia boa é sempre bem-vinda.

SRA. DANIELE CAVALCANTE – Tiana, como todo mundo que está falando está indo embora, eu preciso lhe responder antes que você vá também. A obra do TRE começou ontem. Pode ir lá visitar se você quiser.

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Por último, concedo a palavra à Sra. Vanda Lúcia e Silva Damasceno Negrão.

SRA. VANDA LÚCIA E SILVA DAMASCENO NEGRÃO – Boa noite a todos. Quero cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente, cumprimento também os colegas conselheiros.

Vou ser bem breve. A única coisa com que eu fico triste é com nós mesmos conselheiros, porque eu mesma já ia embora quando o Presidente viu que eu já estava indo e me deu a oportunidade.

A primeira coisa que eu quero é fazer uma pergunta ao Conselho de Saúde e ao FIRC – Fórum Itinerante de Conselhos Regionais de Saúde, da Maura, quero parabenizá-la pelo seu trabalho.

Existe uma grande divisão entre o Firc e o Conselho de Saúde, porque uns dizem que o Firc não é regularizado, e eu ouvi aqui algum conselheiro pedindo para o governo regularizar. Primeiro impasse.

O segundo impasse é o seguinte: há dez anos todos os conselhos que estavam regularizados – aqui há conselheiros da época – fomos convidados pela presidente do conselho de saúde da época – eu não me lembro bem da presidente da época –, ao Hospital de Base, para receber um computador, uma impressora, uma antena parabólica e uma internet. Pode ter sido o conselho nacional, não sei de onde foi, mas nós fomos convidados a receber. Só teve direito de receber esse material para fazer um trabalho aqueles conselhos que estavam regularizados conforme as normas da instituição.

Eu pergunto aqui hoje para a presidente atual do conselho, a senhora Lourdinha, e para os outros conselheiros: quais os conselhos que estão hoje regularizados perante as normas? O que o conselho de saúde tem feito para que não este não continue com essas brigas de casa que nós estamos vendo aqui? Porque eu saí da minha casa pensando que eu ia ver coisas diferentes das que eu vejo no Conselho de Saúde do DF e no Conselho de Saúde do Guará. Então, qual conselho se

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	41

preparou para as mudanças? Eu não sou Rodrigo Rollemberg, não. Não votei nele, nem vou votar, não! Mas na minha comunidade o conselho de saúde trabalha com a gestora. Se o gestor não está dando assunto para o conselho, nós nos reunimos e cobramos dele. Participe da nossa reunião. Nós queremos resolução lá dentro do Guará.

A nossa Unidade Básica de Saúde do Lúcio Costa só tem um médico. Podem mandar verificar na Secretaria de Saúde, porque tem um monte de documento lá, de reclamação do conselho. E o doutor está lá atendendo. Então, por que essa briga se nós não estamos preparados dentro do nosso conselho? Nós não temos nada que possa nos favorecer. O Conselho de Saúde do Guará... O Tiago está ali. Nós realmente não temos vozes. Por quê? Porque nós não fazemos parte da Mesa. Nós sabemos disso. Quando há uma reunião aberta, nós temos voz. Mas nós não somos organizados, nós não estamos organizados. Para que possamos estar perante o Presidente da Câmara e a Secretaria de Saúde representada pelo Governo do Distrito Federal, nós temos que estar unidos, nós temos que estar lá na nossa base, fazendo o nosso trabalho, com o nosso gestor. Não está atendendo, chama a polícia! Não é assim que é feito com os médicos quando não estão atendendo os pacientes? Nós temos que estar preparados, infelizmente, gente.

Eram essas perguntas que eu queria fazer, porque dez anos atrás os conselhos que estavam organizados têm sala, com documento. Nós nos desorganizamos pela insatisfação de não ter o dinheiro do ônibus para uma reunião. Presidente, o que nós gostaríamos de ouvir aqui é que tivesse algo que fortalecesse o conselheiro, no caso, financeiramente, junto ao Conselho do Distrito Federal para que ele tivesse uma verba para fazer os seus encontros com a comunidade, os seus fóruns, as suas atividades. Não é para o nosso bolso, não, porque nós somos funcionários da Secretaria de Saúde. Eu sou aposentada, mas até hoje eu estou lá dentro da unidade do Guará trabalhando pela minha comunidade e por todos. Mas eu invisto do meu salário e nunca cobrei do Helvécio, quando ele era presidente do Conselho, nem de fulano e nem de beltrano, nós fazemos com prazer. Quem é conselheiro de saúde faz por prazer, mesmo sofrendo. Agora, temos que nos organizar. O Conselho de Saúde do Distrito Federal é que tem que nos dar essa cobertura.

Na Câmara legislativa, o Presidente disse que não recebeu nenhum conselheiro fazendo nenhuma denúncia em seu gabinete. Ele falou aqui porque têm muitos conselheiros aqui. Então, por quê? Porque na maioria das vezes nós nos reportamos ao Conselho de Saúde do Distrito Federal para de lá vir para a Câmara Legislativa. É porque nós estamos realmente desorganizados.

Não adiante essa briga, é feio! Vocês acham que eles querem nos ouvir? É tanto que nos limitam. Por quê? Porque a gente não tem muito a oferecer com essa briga, com essa desorganização. Eu quero pedir ao Conselho de Saúde do Distrito Federal e a Câmara Legislativa que se unam e façam uma visita às regionais onde tem conselho para que façam um trabalho com os conselheiros, porque os conselheiros

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	42

trabalham. Essa nova gestão, essa nova conjuntura, é difícil para se trabalhar, é difícil para o trabalhador estar trabalhando seja ela qual for. Mas sem apoio, não. Agora, conselho de saúde tem que dar esse suporte. É só isso que eu gostaria de dizer.

Eu gostaria de ter uma resposta a todas as minhas perguntas. E gostaria só de fazer uma pergunta ao Conselho de Saúde, ou para a Secretaria de Saúde aqui representada pela médica, se eles podem me dar uma resposta daquela fila morta que ninguém fala, daqueles pacientes que estão a dez, vinte anos esperando uma consulta, uma grande cirurgia, uma pequena cirurgia, entendeu? Que estão lá nos centros de saúde, nas unidades básicas, entendeu? E ninguém dá uma resposta. E muito nego já morreu porque não teve uma resposta. Então, eu gostaria de ter essas respostas. Pode ser por escrito ou mesmo em uma reunião lá no Conselho de Saúde do Distrito Federal junto com todos nós conselheiros.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Vanda.

E por último aqui, a Líder Comunitária da Candangolândia, Sra. Gismair Ana de Castro.

SRA. GISMAIR ANA DE CASTRO – Boa tarde a todos.

Eu vim aqui num protesto, porque é o seguinte: quando começou a implantação da tal Saúde da Família na Candangolândia, tivemos o apoio aqui da Casa do Deputado Wasny de Roure, do Deputado Chico Vigilante, que foram lá e tudo. Inclusive, pediram à direção que implantasse o conselho na Candangolândia. Mas a Candangolândia não tem conselho. Tem alguém aqui representando a Candangolândia? Não tem. Eu vi há pouco um senhor lá atrás que me disse que agora ele vai assumir. Eu nem estava sabendo disso. Eu acho eu ele assumiu por esses dias, entendeu? Então, eu queria saber isso.

Eu estava lá no Palácio do Buriti participando de um conselho também de Saúde Mental, que era dos Direitos Humanos, porque o Governo do Distrito Federal está desmanchando o Instituto de Saúde Mental, está acabando, virando e fazendo do jeito que ele quer fazer. Ele não consulta a comunidade, ele faz a bagunça que ele quer fazer e acha que nós usuários somos... Nem cachorro, até cachorro está tendo mais trato do que a gente agora. Eu vi aqui, na hora em que eu cheguei, uma menina falando a respeito de fila. Fila da consulta da Saúde da Família foi para ele retirar aquela denuncia que existia na imprensa que ia lá e dizia assim: olha gente, na saúde hoje aconteceu isso e isso. Agora finge que está atendendo as pessoas, finge.

Outro dia, eu fui para a fila às 4 horas da manhã, e já havia muitas pessoas na minha frente, para eu ver se conseguia vaga para mim e para minha mãe, mas não consegui! Então, é desse jeito, é fingindo que está havendo saúde no Distrito Federal. E o Distrito Federal não tem saúde. O Conselho da Candangolândia, então, muito menos, lá é que nós não temos voz de jeito nenhum.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	43

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, D. Gismair. Vamos agora voltar a fala à Mesa. Eu acho que cinco minutos está bom, não é, Lourdinha? Porque o nosso tempo aqui, infelizmente, já estourou. Eu acho que nós não vamos resolver todos os problemas aqui. Então, vamos dar 5 minutos para cada um da Mesa que quiser falar. Primeiro, a Lourdinha; depois, a Daniele.

SRA. LOURDES CABRAL PIANTINO – Deputado, responder a tantos questionamentos em cinco minutos é praticamente impossível. Então, o que eu posso dizer para todas as pessoas que estão aqui – e que até, na verdade, é uma redundância, porque elas sabem disso – é que o Conselho de Saúde tem reuniões mensais com todos os conselhos regionais. A nossa primeira reunião deste ano foi com os conselhos regionais. Antes mesmo de fazermos uma ordinária com o Conselho de Saúde, fizemos com o regional. Nós propomos como princípio básico da nossa gestão, se for mantida até 2019, o fortalecimento dos conselhos regionais de saúde.

Estamos trabalhando todos os dias para o fortalecimento e para a legalização de todos os conselhos regionais. Para isso, nós precisamos conhecer quais são os conselhos que estão dentro da legalidade, quais são os conselhos que estão funcionando de acordo com a legislação. Todo mundo aqui sabe que os conselhos existem a partir de uma legislação. A gente não vai fazendo as coisas aleatoriamente, a gente tem algumas regras a cumprir, a gente tem algumas exigências para que a gente seja controle social efetivo.

O controle social pode acontecer com qualquer pessoa. Qualquer pessoa pode ser controle social, mas um controle social institucionalizado somos nós conselhos: o Conselho do Distrito Federal e os conselhos regionais.

Como a Daniele já tinha colocado aqui, eu acho que o Rubens pode reforçar essa questão, o Distrito Federal se diferencia muito de todo o resto do País porque nós temos conselhos regionais que não são independentes, porque não são municípios. Ainda existe uma dificuldade de a gente conseguir colocar os conselhos regionais no mesmo nível dos conselhos municipais – corrija-me se eu estiver errada, certo, Rubens? O Rubens é um especialista em conselhos.

Nós estamos trabalhando para conseguirmos essa autonomia dos conselhos regionais, mas só podemos dar as condições para que eles funcionem se eles estiverem legalmente constituídos. Houve uma pergunta sobre quais são os conselhos que estão constituídos e efetivados, trabalhando dentro da legalidade. Eu tenho a lista aqui, eu posso ler para vocês.

Neste ano, a nossa primeira resolução, a Resolução nº 500, prorroga o mandato de praticamente todos os conselhos regionais que não tiveram tempo hábil de fazer o seu processo eleitoral, porque o ano eleitoral impede que seja feito o processo eleitoral. Então, nós prorrogamos o mandato desses conselhos. O Conselho de Brasília, que está funcionando efetivamente, foi prorrogado até o dia 30 de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	
				44	

setembro de 2019. Foi um acordo feito entre os conselhos regionais que participaram efetivamente das nossas discussões, e essa resolução foi aprovada no Conselho de Saúde do DF, porque os conselhos regionais ainda precisam dessa aprovação.

O Conselho de Saúde ainda tem que estabelecer algumas coisas para que os conselhos regionais funcionem. A gente espera sinceramente que todos os conselhos regionais tenham independência.

Os que estão funcionando ativamente e que foram prorrogados: o Conselho de Brasília, o Conselho do Gama, o Conselho do Guará, o Conselho do Paranoá, o Conselho de Planaltina, o Conselho do Recanto das Emas, o Conselho do Riacho Fundo I, o Conselho de Sobradinho e o Conselho de Taguatinga. Esses foram prorrogados. Então, não haverá eleição neste ano porque não pode haver eleição em ano eleitoral. Não é uma decisão do Conselho de Saúde, é uma lei a que a gente tem de obedecer. Ok?

Nós temos conselhos inativos em Candangolândia... Realmente, o conselho está inativo. Ele esteve ativo até julho de 2015. E o processo de eleição não aconteceu. Nós estamos trabalhando... Para dar continuidade a um conselho, há um requisito de eleição da nova diretoria do conselho e, para isso, existe um prazo, que tem de ser respeitado pela Mesa Diretora do conselho que está atuando. Então, pegando Candangolândia como exemplo: se vence em julho de 2015, é preciso fazer uma comissão eleitoral sessenta dias antes para poder fazer com que aconteça a eleição. Se isso não é feito, não existe a possibilidade de fazer eleição. Isso tem que ser feito...

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. LOURDES CABRAL PIANTINO – Sim, foi. Isso, isso. E o que o Conselho de Saúde está fazendo para reverter essa situação? Nós colocamos como meta do Conselho de Saúde, na programação anual de saúde, fechar, até 2019, 21 conselhos ativos. E, desses conselhos, os conselhos que a gente vai retomar são justamente esses que já aconteceram e que pararam de acontecer por falta, realmente, de atitude da Mesa Diretora, à época, de promover o processo eleitoral. Então, a gente vai trabalhar nesse.

A gente tem os seguintes conselhos inativos: o de Candangolândia, o da Estrutural, o de Itapoã e o do Varjão. Em processo de renovação são: o do Cruzeiro, de que já foi feita a eleição... Onde está a menina do Cruzeiro? Foi feito. Está em processo de renovação. Para que seja publicado o nome de cada conselheiro, existe a exigência de alguns documentos, que a gente chama de ficha limpa e nada consta – a gente não, é a legislação que estabelece que todos os conselheiros precisam, para tomarem posse e terem o nome publicado no Diário Oficial, entregar a ficha limpa e o nada consta. Muitos conselhos ainda não tiveram a publicação por falta desse documento. Não adianta o Conselho de Saúde encaminhar para a SES, porque a SES não encaminha para publicação os nomes dos conselheiros que não estão com a documentação em dia.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	45

O que a gente tem ainda? O Núcleo bandeirante está em processo de renovação desde 2016. O conselho do Núcleo Bandeirante esteve ativo, formalmente, até agosto de 2016. Ou seja, dois meses antes de agosto de 2016 deveria ter sido iniciado o processo de eleição e não foi. Esse processo foi iniciado em 2017, a eleição foi feita – e eu tenho as datas aqui – em 9 de junho de 2017, ou seja, quase um ano depois da vigência do mandato. Essa eleição foi feita, mas ela não foi publicada ainda. Eu tenho a lista aqui de todos os conselheiros que foram eleitos e que não entregaram a documentação da ficha limpa. Quase 90% dos conselheiros que foram eleitos para o Núcleo Bandeirante não entregaram a ficha limpa nem o nada consta. Sem essa documentação, não existe a menor possibilidade de publicação no Diário Oficial. E sem a publicação no Diário Oficial, o conselho não existe formalmente.

Então, desde agosto de 2016, a Maura não é mais presidente do conselho do Núcleo Bandeirante, e o Núcleo Bandeirante não tem um conselho ativo. Para que ele tenha esse conselho ativo, precisávamos ter essa documentação, estamos aguardando. E nós, do Conselho de Saúde do DF, só podemos mandar para publicação quando toda essa documentação chegar. Se vocês quiserem, tenho todas as atas, tenho toda a documentação em relação ao Bandeirante, porque a primeira fala que nós ouvimos, a primeira acusação que o Conselho de Saúde do DF ouviu foi em relação ao Bandeirante. Nós queremos muito regularizar a situação do conselho do Núcleo Bandeirante, mas nós dependemos da comissão eleitoral, que não fez o dever de casa e não providenciou os documentos necessários para que fosse oficializada a publicação.

Portanto, nós estamos trabalhando para que os conselhos sejam organizados e efetivos. Nós pedimos que todos os conselhos regionais mandassem ao Conselho de Saúde do DF toda a documentação que envolve a regularização dos conselhos para que tivéssemos condições de acompanhar o funcionamento de cada um. Precisamos saber quando foi feita a eleição, o tempo de mandato, como é o regimento interno, porque o regimento interno de cada conselho regional tem que estar dentro da legislação dos conselhos. Nós temos uma legislação dos conselhos. As pessoas que são de conselhos regionais ou do conselho de saúde sabem que há regras a cumprir. Há legislação que tem que ser respeitada, a coisa tem que ser feita de maneira legal. Se ele não está de maneira legal, nós não vamos considerar como um conselho ativo, como um conselho que esteja realmente funcionando.

Vamos trabalhar, na medida da nossa possibilidade, para que esses conselhos atuem. Temos uma reunião mensal com os conselhos regionais, existe um calendário fechado, e mandamos por *e-mail*, com antecedência, o convite formal e solicitamos aos conselhos que tragam as reivindicações. Na última reunião, a única reivindicação que recebemos de conselheiros e que foi discutida em plenária foi a da presidente do conselho de Brazlândia, Eliane, que trouxe uma demanda, essa demanda foi discutida na reunião do conselho com os conselhos regionais.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	46

Problemas mais pontuais e que independem de uma decisão nessa reunião mensal do Conselho de Saúde do DF com os conselhos regionais, e na medida em que percebemos a necessidade, colocamos em pauta nas reuniões ordinárias do Conselho de Saúde do DF.

Nós precisamos tratar qualquer questão, qualquer reivindicação dos conselhos regionais. Precisamos que essas reivindicações cheguem formalmente ao nosso conselho, e, formalmente, elas são recebidas por *e-mail* ou protocoladas oficialmente no conselho com o recebido da secretária executiva ou do administrativo.

Então, quando você não recebe formalmente denúncia, demanda, solicitação, elas não existem para nós. Quando elas acontecem formalmente, vamos buscar as instâncias para poder resolvê-las.

O Conselho de Saúde do DF está absolutamente aberto a receber todos os conselhos regionais. Nós fizemos uma proposta de chamar toda a plenária dos conselhos regionais para conversar com a mesa diretora do Conselho de Saúde do DF, o primeiro que chamamos foi o conselho de Brasília porque seguimos mais ou menos a ordem alfabética. E ouvimos que era um absurdo o Conselho de Saúde do DF chamar os conselheiros porque o Conselho de Saúde do DF só pode conversar com a mesa diretora ou com o presidente.

Nós queremos ouvir todos os conselheiros, mas, para isso, é preciso que eles venham até nós. Eu não tenho condições de visitar cada um dos conselhos de vocês. Eu não tenho. Eu sou uma usuária, autônoma, não tenho salário. Então, eu não tenho nem tempo porque tenho que trabalhar para poder visitar conselhos, mas nós estamos abertos.

O João reivindicou uma reunião. Nós ligamos para a diretoria do Paranoá, e o próprio João falou assim: "O diretor está viajando. Eu só quero a reunião com a presença do diretor". Então, tem que aguardar o diretor voltar. Tenho muito claro na minha gestão que eu não faço nada sozinha. Toda a decisão que é tomada no Conselho de Saúde do DF é tomada pelo pleno ou, quando não há possibilidade de reunião no pleno, ela é tomada pela mesa diretora que é paritária e assim deve ser em todos os conselhos regionais.

Quando eu escuto aqui os conselhos regionais reclamando da participação da gestão, eu me pergunto se o conselho é paritário, se a mesa diretora é composta paritariamente e o que está acontecendo que essa mesa não está resolvendo as questões do conselho? Nós precisamos começar a perceber qual é o papel do conselho, qual é o papel da mesa diretora e qual é o compromisso que cada conselheiro, independentemente de ser gestor, trabalhador ou usuário, tem com o controle social e com a qualidade do SUS.

Só para encerrar, eu, como presidente do Conselho de Saúde, eleita em outubro de 2017, eu sou usuária. Eu já tentei algumas coisas, inclusive uma reunião com o Deputado Ricardo Vale, nós tentamos. Chegou a solicitação para que o Conselho

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	47

de Saúde do DF, sem ter discutido em nenhum momento a construção da Frente Parlamentar, indicasse os representantes do conselho de saúde. Eu não posso indicar, na condição de presidente, e nós, mesa diretora, não podemos indicar nenhum nome para alguma coisa sem consultar o Pleno. Nós levamos ao Pleno essa questão da indicação de um nome, e ele questionou a criação dessa Frente Parlamentar. Nós pedimos, então, uma audiência, para entender melhor essa Frente.

Algumas vezes a secretaria do executivo do conselho tentou uma audiência com o Deputado Ricardo Vale para a gente discutir, não conseguimos. Então, eu quero deixar bem claro que a gente tentou falar com você.

Quem assinou o documento solicitando representantes do Conselho de Saúde para compor a Frente Parlamentar foi o Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa. Conseguimos marcar uma agenda com o Deputado Joe Valle para discutirmos essa Frente Parlamentar. Nesse mesmo dia, conseguimos ter essa conversa com o Deputado Ricardo Vale. Nessa ocasião, colocamos que o Conselho de Saúde estava trabalhando arduamente para o fortalecimento dos conselhos regionais e que, realmente, precisávamos da Câmara Legislativa principalmente para as questões de emendas parlamentares para conseguirmos alguma coisa, porque nós não temos recursos. O recurso que o Conselho de Saúde tem é para promover formação de conselheiros, e nós estamos trabalhando para essa formação. Eu vou tentar ter um pouquinho mais de tempo.

Então, eu quero dizer para vocês para encerrar que o Conselho de Saúde do Distrito Federal está aberto a receber e a ouvir qualquer pessoa que chegue com uma proposta formal efetiva e que realmente queira pactuar algo para o SUS. Nós não vamos receber pessoas simplesmente porque querem tacar pedra. Quem quiser conversar pode marcar que recebemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Lourdinha.

Concedo a palavra agora à Daniele Cavalcante.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. DANIELE CAVALCANTE – Samambaia está ativa. Está ativa. Ele mandou todos os documentos.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. DANIELE CAVALCANTE – Concordo plenamente. Eu já falei isso para você. Acho que tem que, como usuário, ir ao Ministério Público e dizer que vocês não foram ouvidos.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. DANIELE CAVALCANTE – É um usuário, não é? Tem que lembrar que o presidente é um usuário.

(Intervenção fora do microfone.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	
				48	

SRA. DANIELE CAVALCANTE – Bom, Deputado, os questionamentos foram vários, e a grande maioria das pessoas já saiu. Mas eu queria deixar uma coisa que foi uma denúncia grave aqui. É a situação da fita de glicemia.

Eu queria aproveitar para explicar a situação que eu coloquei para o senhor particularmente. Sobre a fita de glicemia, nós já temos o processo finalizado agora, emergencial. Por quê? A Secretaria de Saúde já conseguiu fazer um processo que leva quase 1 ano e 2 meses em licitação. A metade desse tempo é o Tribunal de Contas questionando a secretaria sobre os procedimentos licitatórios.

A fita de glicemia vai ser entregue agora para todas as unidades, para todas as UTIs. Não conseguimos fazer hoje, porque não vamos comprar de qualquer forma. A obrigatoriedade, a nossa responsabilidade é comprar por processo licitatório, então estamos fazendo emergencial. Estamos fazendo todo tipo de processo dentro da Secretaria de Saúde, mas mais de 60% dos nossos processos param.

Outra: a Secretaria de Saúde vem pagando as empresas desde o ano passado, quando esse governo conseguiu, junto ao Ministério da Saúde, a liberação de 300 milhões de reais para pagar toda a dívida em que as empresas ficaram, 55% dos nossos pregões dão vazios. Vocês sabem que o DF, em comparação à quantidade de tudo que ele compra, só tem São Paulo para se equiparar. Nós não podemos nem fazer adesão à ata de registro de preço de qualquer município, porque o DF é comparado, Brasília, com a capital São Paulo. É muito difícil, é muito complicado esse processo.

Só um minutinho, a gente escutou, o meu tempo é pequeno. Eu quero dizer a vocês que a Secretaria de Estado de Saúde – SES vem tentando trabalhar para fazer o abastecimento. A SES não tem parado. Hoje nós temos um protocolo de compras, nós temos um protocolo de pagamento, justamente para regulamentar e regularizar todas as situações.

Deputado, tem uma coisa muito clara aqui, que é a questão da infraestrutura dos conselhos regionais. Nós estamos sendo pressionados. A gestão faz parte de todas as mesas diretoras dos conselhos regionais, e também faz parte da gestão do DF. Eu sou a conselheira gestora na mesa diretora do Distrito Federal. Sou conselheira do DF e sou gestora, estou eleita pelos gestores na mesa diretora do conselho. Eu tenho levado todas as demandas, a grande maioria. A Idalina, que está aqui, é uma das partes da infraestrutura que a secretaria dá aos conselhos regionais. A grande maioria dos conselhos regionais hoje já tem secretaria administrativa. Conforme a legislação, são 20 horas. A Idalina, do Conselho de Saúde de Brasília, tem 40 horas à disposição do Conselho de Saúde de Brasília.

Deputado, o que o conselheiro do Núcleo Bandeirante falou para a gente e nos trouxe é de grande valia, em termos um projeto. A grande maioria das emendas, o Deputado sabe o quanto eu tenho feito isso junto a esta Casa. Por isso, vocês viram

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	49

que eu conheço a maioria dos Deputados. Eu tenho solicitado a esta Casa que em todas as vezes que coloquem emendas, a gente tenha projetos prontos.

A secretaria realmente tem pouquíssimos engenheiros. São dois engenheiros e um arquiteto. Nós fizemos, para conseguir as 65 obras que estão em andamento, um convênio com a Novacap. A Secretaria de Saúde faz uma parceria, a Novacap faz os projetos. Inclusive, há o projeto do novo hospital oncológico, que está na Caixa Econômica. Pela primeira vez na história do Distrito Federal, um governo conseguiu apresentar em tempo hábil, à Caixa Econômica, o projeto totalmente pronto. A Caixa está há 6 meses analisando, e disse para nós que não tem condições de analisar com menos de 9 meses a 1 ano, para podermos começar a licitação do hospital oncológico, tão necessário por conta da situação da radioterapia, da oncologia.

Eu gostaria também de dizer, Deputado, que temos muitas dificuldades, mas acho que o maior avanço que o Distrito Federal teve, primeiro, é a estratégia do Saúde da Família. Esta Casa reconheceu que a estratégia do Saúde da Família é a forma de atenção primária que o DF tem de ter. Depois de 10 anos que o Governo Federal estabeleceu que essa é a prioridade da saúde pública do SUS no Brasil, o DF assume pela primeira vez, a partir de uma resolução. A Resolução nº 465, de 2016, é a resolução do Conselho de Saúde do Distrito Federal que estimula. Por quê? Foi uma decisão da 9ª Conferência de Saúde do Distrito Federal, em dezembro de 2015. Então, essa gestão está tentando fazer com que a gente realmente ouça a população, ouça a comunidade.

Eu queria dizer a vocês que a Secretaria de Saúde está aberta, sim. O Secretário Humberto não faltou, que eu me recorde, a nenhuma reunião ordinária do Conselho de Saúde do Distrito Federal. Ele respeita o conselho, e está presente em todas as reuniões ordinárias. Infelizmente, ele não consegue ir às extraordinárias, mas o Daniel Seabra, que é o seu suplente no conselho, está presente em todas as reuniões. Então, vou levar as demandas ao Secretário.

Eu queria voltar a lhe parabenizar por chamar esta reunião e pela Secretaria de Saúde estar presente a esta reunião. Quero dizer a vocês que tenho uma história dentro do Sistema Único de Saúde, eu venho do Ministério da Saúde e me sinto muito honrada em ouvir a participação dos conselheiros. É importante que lembremos que o conselho não é feito só de usuário e trabalhador, o conselho é paritário, é feito de usuário, trabalhador e gestor. Então, precisamos voltar para dentro dos nossos conselhos e fazer essa discussão.

Mas, mais do que isso, é fortalecer a capacitação dos conselheiros, para que saibamos qual é o papel do gestor. Que o conselho não queira ser gestor no lugar do gestor. Que o conselheiro possa fazer o papel de conselheiro, de representar a comunidade, e não a sua questão pessoal ali dentro, não a sua categoria como um sindicato, mas representar os trabalhadores, representar a gestão, e representar principalmente os usuários, que precisam que façamos serviços para a população. Eu sou usuária do SUS, precisamos que os serviços funcionem.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	50

Eu parabeno o Rubens pela fala inicial. Preciso que todos nós façamos moções, porque o que fizeram com o Sistema Único de Saúde, a nível do Congresso Nacional, é vergonhoso. A Emenda Constitucional nº 95, se já temos um orçamento pobre para o Sistema Único de Saúde, vamos passar a ter menos ainda! Daqui a pouco, não vamos ter condições de ter serviços à disposição da população.

Olhemos também que uma das coisas importantes é saber que dos 7 bilhões do orçamento, Deputado, como foi falado aqui, 79% gastamos com folha de pagamento. Só temos 21% para gastarmos com o custeio da saúde pública.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Daniele.

Concedo a palavra ao Sr. Rubens Bias.

SR. RUBENS BIAS – Está ótimo. Eu queria dizer que fiquei bastante feliz em ouvir toda a discussão. Quem está aqui é para fazer a defesa do SUS, embora haja tanto tensionamento entre os conselhos regionais, o Conselho Distrital, a gestão. Eu realmente acredito que isso se deva à falta de instrumentos, como a Lourdinha colocou, que dê autonomia para que os conselhos possam trabalhar e não dependam da boa vontade dos Parlamentares ou do Conselho Distrital ou da própria gestão. Como sugestão, que essa busca de autonomia leve a uma revisão da lei que ordena os conselhos regionais do Distrito Federal, para que eles tenham autonomia, poder deliberativo, gestão dos recursos e para que o processo eleitoral seja democrático, amplamente divulgado e transparente.

Para finalizar, eu queria reforçar o convite àqueles conselhos que ainda não visitamos e estão aqui, como o de – vou me embananar agora – Taguatinga e o de Brazlândia. Ainda não fomos nesses. Reforço o convite para o Conselho Distrital, para que, no dia 23, a gente possa estar lá na FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz, das 9h às 13h, debatendo os projetos para fortalecer o SUS no próximo processo eleitoral.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Rubens.

Concedo a palavra à Maura, por cinco minutos.

SRA. MAURA LÚCIA GONÇALVES DOS ANJOS – Eu vou fazer uma colocação, porque eu fui citada. Durante todo esse processo, de 2016 até agora, toda vez em que eu estou em um evento no qual eu estou representando o Fórum de Conselhos Regionais – acho que vocês devem se lembrar, a taquigrafia está aqui, deve estar gravado –, a primeira coisa que eu faço é lembrar que o nosso conselho está em processo eleitoral e que eu estou aqui representando o Núcleo Bandeirante.

Eu fiz uma pós-graduação de um ano e oito meses na Fiocruz, de Direito Sanitário, e o SUS é muito enfatizado. Qualquer pessoa que queira representar o controle social, basicamente, precisa de uma única coisa: não ser bandeira de si

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	51

mesma. Quando eu estou dentro de uma sala de aula, eu falo sempre isso para os meus colegas que são acadêmicos. Eu acredito que qualquer pessoa que queira ter controle social precisa saber disso. Você, dentro do Conselho de Saúde, não representa você mesmo.

Eu represento uma instituição legalmente constituída que entregou uma carta, em meu nome, apresentando-me para esse conselho, dizendo que eu a estou representando. Nem por isso, o processo ainda não se finalizou, eu me coloco como conselheira, apesar de eu ter sido Presidente do Conselho de Saúde do Núcleo Bandeirante. E o processo eleitoral que aconteceu no Núcleo Bandeirante foi fraudulento – que se faça constar aqui – porque ele veio do Conselho Distrital com uma comissão eleitoral formada que, com um único membro do Conselho de Saúde do Distrito Federal, instalou um processo eleitoral que durou quinze minutos. Essa pessoa recolheu toda a documentação, colocou-a dentro de um saco e a levou para o Conselho do Distrito Federal.

Depois, nós não tivemos mais notícias disso, o que eu acho estranhíssimo. Quando a ilustríssima Sra. Presidente assumiu, eu, Maura Lúcia, mandei um *e-mail* parabenizando-a, porque, primeiro, era uma mulher que estava assumindo aquele conselho e, segundo, era uma usuária, tudo de bom. Tivemos uma usuária no Conselho Nacional de Saúde que é um exemplo de pessoa, a Dona Socorro, ela que fez o controle social crescer, o movimento social agregou, e nós tivemos momentos fantásticos da defesa desse SUS; ela me encheu os olhos. A primeira coisa que eu fiz foi mandar um *e-mail*, solicitando uma reunião que não aconteceu até hoje; eu não tive resposta desse *e-mail*, pedindo essa reunião. Depois, eu não tive resposta da documentação. Os contatos nunca mais aconteceram comigo. Eu fui colocada nesta comissão como Presidente da Comissão Eleitoral. Eu sequer recebi um telefonema para saber dessa documentação.

Mesmo assim, eu e a conselheira Filomena, na primeira reunião que a Sra. Presidente fez no Conselho de Saúde, convocando os conselhos regionais, eu estive lá. Uma senhora que é responsável pela administração do conselho praticamente nos expulsou do conselho: a Sra. Josete. E aí, essa Sra. Presidente se deslocou da mesa dela, no dia, para o sanitário. E eu, que já estou um pouco velha na estrada, aproveitei que ela se levantou da mesa e a cumprimentei. Eu falei: "Eu sou Maura. A senhora se lembra disso? Eu sou Maura, do Conselho do Bandeirante". E a senhora até me perguntou: "O que a senhora está fazendo sentada aí?". Porque eu fui proibida de sentar à mesa com todos os presidentes de conselhos regionais pela Dona Josete, porque disse que eu não representava. (Palmas.) Aí a senhora me convidou para a mesa. Ela me convidou para a mesa. E eu fui a última a ter direito a fala, coisa que aconteceu quando já estava esvaziado o plenário. Todo mundo se lembra disso. Você se lembra, Shirlei? E aí eu falei da situação do Núcleo Bandeirante. A resposta que eu tive da secretária é que eles não sabiam onde estava a documentação. Foi quando eu me dirigi para o Rai, que estava na sua frente e falei: "Rai, você trouxe a documentação

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	52

para o Conselho de Saúde?”. “Eu não me lembro”, disse. Foi ou não foi? E aí ficou esse impasse. Ele disse que não sabia onde estava a documentação ou se foi a própria pessoa que pegou a documentação e levou sozinha para o conselho. Desde então, faz um ano esse impasse. Agora eu estou surpresa com a Presidente do Conselho de Saúde que está com toda a documentação na pasta. A documentação até então havia sumido.

O presidente do sindicato ao qual eu pertencço me comunicou que, numa reunião que teve, inclusive essa mesma pessoa que levou o documento, fez uma acusação que eu havia sumido com a documentação toda do processo eleitoral.

Eu até, Deputado, quero que os direitos humanos aqui da Câmara Legislativa comecem a atuar nisso, porque a gente está sendo difamado em todo local, como se a gente estivesse atuando como criminoso. Como é que eu vou sair da minha casa, trabalhar de graça, gastando tempo, recebendo processo, sendo perseguida, minha família sendo sacrificada por eu trabalhar de graça e ser tratada como criminosa? (Palmas.)

Eu não estou aqui tirando o papel de ninguém. Eu não ganho nada por isso. Eu estou aqui, e provavelmente vou levar uma falta, porque a minha chefe não me liberou, porque, seguindo a orientação do Conselho do Distrito Federal, eu não sou conselheira. Então, eu não tenho que ser liberada para reunião nenhuma. Eu compro briga com a minha gestora para defender a minha cidade sem eu estar legitimamente indicada como conselheira! Amanhã eu vou ter mais uma falta para resolver. Entendeu? Esse o desespero do trabalhador.

Eu não abro mão de representar a minha cidade, porque meu pai chegou no Núcleo Bandeirante em 1958. Eu nem existia. Ele era pioneiro. Ele fundou a primeira delegacia do Núcleo Bandeirante. Ele fundou a Polícia Federal no Distrito Federal e o Instituto de Identificação. Ele é pioneiro. Eu nasci no Núcleo Bandeirante, eu cresci no Núcleo Bandeirante e, para mim, é muito honroso defender aquela cidade.

Quando dá 18 horas, a política de saúde que a secretaria instituiu para o Núcleo Bandeirante, que é a cidade mais antiga do Distrito Federal, é ser atendida de 7h às 18h. Só que, quando dá 19h, o telefone dessa criatura aqui e o meu não param de tocar, porque ninguém é atendido em lugar nenhum no Núcleo Bandeirante, na emergência. A UPA não atende verde, o HRAN não recebe. Então, o papel do conselheiro de saúde no Núcleo Bandeirante é crucial.

O nosso SPA – Serviço de Pronto Atendimento foi fechado! A nossa única emergência! O meu irmão tinha câncer e tomava soro dentro daquele SPA à noite. E ele foi fechado. Há um ano meu irmão morreu.

Então, eu digo para vocês que eu não desisto de defender o Núcleo Bandeirante, sendo conselheira ou não. Eu vou continuar aqui na Câmara Legislativa, pedindo pelo Núcleo Bandeirante. Se vão me legitimar, ótimo. Se não vão me legitimar, vocês podem ter certeza de que a Constituição me garante que eu estarei representando a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	53

minha cidade junto com vocês, porque eu não desisto. A minha cidade é o lugar onde eu vivo, onde minha família vive! A minha filha está lá, e eu preciso – eu estou envelhecendo – de uma assistência de saúde para mim, que estou me aposentando daqui a dois anos.

Então, eu digo aos senhores: a única coisa que eu peço, em nome do Núcleo Bandeirante, é respeito! Respeito! Se uma instituição que se diz instância máxima do controle social se dá ao trabalho de fazer uma reunião para falar mal de conselheiro regional, ela não é instância máxima! Não se dá o respeito! É só isso que eu digo!

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Obrigado, Maura.

Eu pedi à minha assessoria para, durante as falas, ir levantando uma série de propostas. E eu quero, para a gente não perder essa comissão geral, passar a vocês o que a gente tomou como encaminhamento e o que a Frente vai trabalhar nos próximos meses, até o final desta legislatura – a gente está no final da legislatura aqui. E o que a gente pegou aqui eu vou citar. São oito itens.

O primeiro é apresentar um diagnóstico – isso é o que a Frente vai fazer, e eu vou levar ao conjunto dos Deputados – sobre a estrutura legislativa para os Conselhos Regionais, fazendo uma revisão das leis existentes e trazendo propostas de atualizações delas.

O segundo é solicitar formalmente ao GDF as informações quanto aos espaços destinados ao funcionamento dos Conselhos Regionais de Saúde, levantamento dos próprios que podem ser cedidos, inclusive com o levantamento das necessidades orçamentárias indispensáveis para o funcionamento destes, prevendo, entre outras questões, o aparelhamento e a adequação de espaços onde os conselhos não têm sede.

Vamos tentar promover ainda, no âmbito da Câmara, no segundo semestre de 2018, em parceria com o GDF, uma conferência distrital com os conselhos regionais de saúde do Distrito Federal.

O quarto é levar os membros dessa Frente Parlamentar para uma visita *in loco*, a fim de verificar a real situação e as condições de atendimento à saúde das unidades da rede pública e dos conselhos regionais de saúde.

A gente vai trabalhar em cima dessas principais – eu diria – queixas que a gente ouviu. A gente começa com as mais críticas, que a gente tomou nota aqui.

O quinto é estudar uma emenda na LDO para destinar recursos, no Orçamento de 2019, aos conselhos regionais de saúde. A gente quer, já na LDO de 2108, trabalhar para, em 2019, a gente já deixar recursos aos conselhos regionais.

O sexto é verificar o motivo que impede o pleno funcionamento dos conselhos regionais de saúde de várias cidades. Aqui já foram citados o Bandeirante, que,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	54

segundo a Lourdinha, é problema de documentação; Brazlândia; Samambaia. Nós vamos fazer esse levantamento e procurar saber o que está acontecendo.

Vamos propor também a criação de uma cadeira cativa na OAB e estudar meios de apoio jurídico da Câmara aos conselhos regionais de saúde, porque esta coisa de assédio moral, de ameaça, seja lá de quem for, isso aí nós não vamos aceitar.

Eu sou Presidente da comissão que trata de direitos humanos, e a gente recebe denúncias de assédio de todas as ordens: seja no serviço público, seja contra a mulher, seja dentro da família, seja na Polícia Militar, seja contra a comunidade LGBT, seja contra negro, seja contra pobre. Então a comissão desta Casa que trata de direitos humanos está aberta a qualquer conselheiro regional de saúde, ouviu, Maura? É só formalizar a denúncia! E não interessa de onde vem a denúncia: se vem de gestor, se vem de conselho, se vem de conselheiro distrital. Não interessa de onde vem! Nós temos poder inclusive de convocar a pessoa aqui e saber o que é isso!

A gente não pode permitir, em lugar nenhum, assédio moral, o hábito de querer se impor na pressão, na força. Isso aí acabou! Foi no século passado, na época da ditadura militar! Isso não existe mais! E a todos vocês estamos aqui abertos! E digo isso como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e como integrante da Frente Parlamentar em Defesa dos Conselhos Regionais de Saúde. Pintou algum assédio moral, pode nos procurar! E as providências aqui são duras. Nós temos poderes aqui que não são poucos.

Nesse projeto, eu sugiro... Eu li aqui, são 35m² mais ou menos. Eu já vou encaminhar para o governo, vou tentar sentar com o Governador, com o Secretário de Saúde, e lá na Casa Civil também. Eu acho que é uma ideia boa, porque não é um espaço grande. É pequeno. São 35m de construção. São 35m. Eu acho que a gente pode adotar isso.

Eu queria finalizar dizendo para vocês o seguinte: quando o fórum me procurou, na semana passada, para a gente fazer essa reunião – na verdade me convidou para fazer uma reunião com os conselheiros regionais, apenas com os conselheiros regionais, porque havia muita crítica, todos esses problemas que vocês ouviram aqui. E eu ponderei: “Vamos chamar também o governo, vamos chamar a Secretaria de Saúde, vamos convidar o Conselho Distrital”, justamente para fazermos este debate que fizemos aqui, bem democrático. Eu poderia simplesmente chamar a Frente aqui e fazer uma reunião apenas com os conselheiros regionais de saúde, mas eu acho que é assim, no tête-à-tête. É no olho a olho que a gente vai construindo e melhorando as nossas instituições.

A gente sabe que todo mundo aqui, no fundo, no fundo, quer que as coisas aconteçam, quer que as coisas melhorem. Eu sei que todos vocês aqui têm essa intenção, e nós também. Agora eu quero só dizer uma coisa, Lourdinha. Eu sei que você ficou um pouco chateada, e alguns conselheiros distritais ficaram chateados,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14	06	2018	15h	53ª SESSÃO ORDINÁRIA/ COMISSÃO GERAL	55

porque nós criamos a Frente Parlamentar em defesa dos conselhos regionais de saúde, e isso foi uma demanda que eles trouxeram numa audiência pública aqui, na Câmara.

Se não me engano, esta deve ser a quarta audiência que a gente marca... a terceira em que a gente discute aqui os conselhos. Inclusive, a própria criação do fórum, enfim, a criação da Frente surgiu aqui nesses debates. E eu tenho muito orgulho disso. E faço quantas forem necessárias, de forma muito tranquila. Você esteve no meu gabinete questionando a criação dessa frente. Nós somos um poder independente. Nós somos eleitos pelo povo do Distrito Federal, mas eu tive muita tranquilidade de ouvi-la, de entender a suas ponderações. Poderia ter sido um cara arrogante e falado: "O que é isso? Você quer fazer intervenção aqui, agora, na Câmara, na prerrogativa que nós, Parlamentares..." Aqui há frente de tudo. A sociedade vem, pede, e a gente cria. E, quando a gente criou a Frente, embora ela seja de defesa dos conselhos regionais, nada impede, Lourdinha, de a gente também trabalhar para que haja uma melhora também do Conselho Distrital. Isso aqui não foi criado para se contrapor ou perseguir ninguém, não! Agora: a gente também não aceita perseguição de ninguém, não! Isso não surgiu para criar problema com o governo. Essa frente não surgiu para criar problema com a Secretaria de Saúde, com a Casa Civil, muito menos com o Conselho Distrital. Mas também a gente não aceita que ninguém persiga ninguém, não!

Então, eu quero dizer que você pode ficar tranquila com relação a isso. Se algum conselheiro acha que a gente criou essa frente aqui para isso... Como está escrito ali, ela foi criada para dar apoio, para cobrar, para ajudar a melhorar as estruturas desses conselhos. E é por isso que a gente tirou essa série encaminhamentos aqui. E juntos, com o apoio de todos, com o apoio do GDF, com o apoio da Secretaria de Saúde, com o apoio do Conselho do Distrito Federal – e principalmente ouvindo e, na ponta lá, ajudando os conselheiros regionais –, nós vamos evidentemente trabalhar aí nesse fim de gestão agora, nesse fim de mandato, para que as coisas melhorem até o final da nossa gestão.

Fica aqui o meu agradecimento, de coração, a todos vocês que vieram. Quero agradecer, mais uma vez, à Casa Civil; ao Secretário Sérgio Sampaio, que disponibilizou o Yuri para vir aqui; ao Rubens; à Lourdinha; à Daniele, da Secretaria; à Maura, por quem eu tenho um carinho muito grande, uma pessoa que é lutadora, batalhadora. Continuem contando comigo – não só a Maura, mas todos os conselheiros regionais do Distrito Federal.

O nosso tempo já está esgotado há quase uma hora – uma hora mesmo. Vou terminar agora, certinho, com uma hora de atraso.

Em nome desta Casa, quero agradecer a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h02min.)



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br